

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Sílvia Patrícia Campos Silva

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2008

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Sílvia Patrícia Campos Silva

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2008

Sílvia Patrícia Campos Silva

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2008

Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Ciências da Comunicação.

Introdução

O presente trabalho tem como objectivo o estudo das fontes de informação nas notícias. Para tal não pode ser esquecido o seu comportamento, rotinas produtivas, bem como os moldes em acedem aos meios de comunicação. Ao longo do estudo verifica-se que as fontes de informação, sendo diversas quanto à sua natureza, apresentam também níveis de acesso diferentes. Por sua vez os jornalistas também desenvolvem um interesse distinto consoante o tipo de fonte.

Para analisar o tipo de fontes que são incluídas nas notícias é necessário abordar o espaço da produção noticiosa que, em Santos, assume a designação de Campo de notícia. Nele desenvolvem-se as lutas pelo acesso à agenda dos media, muitas vezes pautada por uma certa concorrência entre fontes de naturezas diferentes e entre fontes do mesmo tipo.

No âmbito deste estudo é ainda avaliado o papel das fontes consoante o tipo de acontecimentos que, por sua vez, são transmitidos por diversos canais de informação, facto explicitado no corpo do texto.

Aspecto relevante constitui-se o facto das notícias não serem o espelho da realidade mas, pela contribuição das fontes e do jornalista, estas são uma construção da realidade, conforme referem os autores citados ao longo do trabalho.

De forma a estudar empiricamente as conclusões a que a teoria permitiu chegar, foi elaborado um estudo das notícias sobre a queda da Ponte Hintze Ribeiro em Entre-os-Rios, desde o dia 5 de Março de 2001 ao dia 25 desse mesmo mês e ano. O *Jornal de Notícias* e o *Público* foram os jornais seleccionados para a pesquisa.

Índice

I. Conceito e teorização sobre fontes de informação	1
1. O espaço da produção noticiosa	1
1.1 Campo jornalístico	2
1.2 Campo estruturado	4
1.3 Campo de notícia: da interação à intimidação	7
1.4 A luta pela agenda e a “retoma” como concorrência	10
2. Fontes de Informação: agentes sociais importantes na produção das notícias	12
2.1 Da ocorrência à notícia: o lugar das fontes de informação	12
2.2 A notícia	18
2.3 Fontes de Informação: atributos de uma informação de qualidade	22
2.3.1 Fontes de informação oficiais e não oficiais	23
2.3.2 Distribuição desigual no acesso: fontes de informação e jornalistas	32
2.4 A noticiabilidade como negociação entre fontes e jornalistas	38
3. Uma relação entre o negócio e a luta	40
3.1 Quando as fontes preferem o anonimato: o jornalista, a sua consciência e a lei	44

II. O uso de fontes de informação na tragédia de Entre-os-Rios nos jornais <i>Público</i> e <i>Jornal de Notícias</i>	51
1. Metodologia	51
2. Apresentação e discussão de resultados	57
3. Conclusões	72

Índice de Tabelas

Tabelas 1 e 2.....	57
Tabelas 3 e 4	58
Tabelas 5 e 6	59
Tabelas 7 e 8	59
Tabelas 9 e 10	60
Tabelas 11 e 12	60
Tabelas 13 e 14	61
Tabelas 15 e 16	62
Tabelas 17 e 18	62
Tabelas 19 e 20	63
Tabelas 21 e 22	63
Tabelas 23 e 24	64
Tabelas 25 e 26	64
Tabelas 27 e 28	65
Tabelas 29 e 30	66
Tabelas 31 e 32	66

Tabelas 33 e 34	67
Tabelas 35 e 36	67
Tabelas 37 e 38	68
Tabelas 39 e 40	68
Tabelas 41 e 42	69
Tabelas 43 e 44	69
Tabelas 45 e 46	70

I. Conceito e Teorização sobre Fontes de Informação

Presente em todos os momentos e inerente à existência humana, a transmissão de ideias e informações em sociedade faz-se através de uma comunicação directa entre os membros dessa mesma sociedade e pelas inter-relações que estabelecem. Actualmente, o Jornalismo – uma das formas de comunicação – assume-se também como utensílio eficaz na transmissão de culturas, ideias, factos e informações às sociedades do mundo. Fá-lo através do seu produto – as notícias.

Primeiramente, é na comunicação directa que as relações entre os indivíduos e grupos que fazem parte da sociedade se intensificam: negoceiam-se diálogos, argumentos e perspectivas culturais. Mas as ligações entre estes agentes sociais também são potenciadas pela comunicação mediada por suportes escritos ou electrónicos (Jornais, TV, Rádio, Internet, etc.) uma vez que é possível, através dos meios de comunicação, uma percepção do reflexo ou efeito dos acontecimentos na vida comum. “Cada notícia informa, forma e determina opiniões e reacções sobre questões, problemas e decisões da vida colectiva”. (Santos, 2006 p.10). Com efeito, os media noticiosos começaram a concorrer com a comunicação directa na construção da cultura moderna. Consequência dos avanços tecnológicos, do aparecimento de uma “aldeia global” (Internet) e da redução do tempo na transmissão dos factos, o Jornalismo “é um campo fundamental na produção e reprodução da vida social.” (Pinto, 2000).

Assim sendo, torna-se imprescindível o estudo das notícias, dados os efeitos que produzem na vida social, bem como uma abordagem ao espaço público onde as mesmas são produzidas e onde interagem, entre outros, os diferentes actores sociais que nelas intervêm.

1. O Espaço da produção noticiosa

Surge como conceito importante para a compreensão do comportamento dos agentes sociais que intervêm na produção de notícias, nomeadamente ao nível das relações que estes estabelecem entre si. “O Campo de notícia é um espaço de relações sociais em torno de um *enjeu* ou desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes” (Santos, 2006 p.17). Nesse espaço, os agentes sociais – jornalista e fonte de informação – disputam o significado dos acontecimentos a noticiar, numa espécie de jogo em que ambas as partes tentam mobilizar esse significado para proveito próprio. Aqui, o confronto apresenta-se como uma forma de relacionamento dos agentes em determinado momento, mas as relações entre estes podem também ser de cooperação, matéria a abordar posteriormente no corpus do trabalho. “Neste *enjeu*, com intrigas, rivalidades e lutas, a estrutura é a de um jogo com vários

níveis ou círculos (...)” (Rogers, Dearing e Cahng 1991; Traquina 2000, *cit. in* Santos, 2006 p.18). Com efeito, o campo de notícia é o lugar onde ocorrem todas as relações entre jornalistas e fontes, e que influem na produção de notícias, sendo que os diferentes tipos de relações que as partes estabelecem moldam e caracterizam o *campo de notícia*. “Constrói-se um modelo de espaço, arena ou campo de luta, sujeito ao conflito e à negociação” (Santos, 2006 p.18).

O conceito de *campo de notícia* tem por base a noção primeira de *campo* apresentada por Bordieu. Para o autor,

“um campo, estrutura de relações objectivas (...), mostra-se como o lugar onde se geram, na concorrência dos agentes envolvidos, produtos políticos, problemas, acontecimentos, análises e comentários” (Bordieu, 1989 *cit. in* Santos, 1997 p.181).

Neste espaço social estruturado, cada agente marca a sua posição pessoal pela afirmação da força que detém na luta com outros agentes e pelas estratégias que adopta, sendo que o campo ganha também sentido quando as relações estabelecidas pelos agentes se efectivam em oposições e distinções. Portanto, existem, na estrutura de relações objectivas que formam o campo, invariantes, isto é, pólos opostos, segundo os quais o campo tendencialmente se organiza. A título de exemplo, Rogério Santos refere que, no campo político¹ as invariantes são constituídas pela direita e esquerda. Assim, e apesar de no interior de um campo existirem posições dominadas e de dominação e de estas efectuarem lutas de diferentes formas, não está implícito que se constituam grupos antagonistas.

1.1 Campo Jornalístico

Para o estudo do *campo de notícia* há ainda que ter em conta a noção de *campo jornalístico* de Bordieu, termo que o autor propôs na adaptação do conceito primeiro de *campo* ao mundo jornalístico. Definiu-o como o lugar de uma lógica específica imposta aos jornalistas por meio de condicionamentos e controlos – como a honorabilidade profissional ou a deontologia. Nele opõem-se dois pólos: um intelectual, ou seja, um modelo de jornalismo baseado na objectividade, na proposta de valores, no rigor deontológico e distante da crítica e da análise, e um pólo comercial com os jornais a oferecerem notícias sensacionalistas tendo em vista as

¹ Bourdieu aplica o conceito de campo também aos domínios religioso, artístico, intelectual, literário, científico e jurídico, uma vez que diz existirem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos.

vendas e as audiências, um jornalismo que põe em causa a sua autonomia e que se submete à lógica do campo económico. Com efeito, para Bordieu, o *campo jornalístico* é o lugar de oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação, sendo estes últimos, o reconhecimento dos valores - pólo intelectual - e a consagração do número de vendas ou audiências e “visibilidade mediática” – pólo comercial. Cada vez mais dominado por uma lógica de mercado,

“o campo jornalístico faz pressão económica sobre a televisão e os jornais, mesmo os mais “puros” ou intelectuais. Através de sanções directas (clientes) ou indirectas (audiência), os jornalistas produzem o “simples”, o “curto”, o “que passa bem na televisão”, o “ que se vende.” (Santos, 2006 p.19).

Por essa razão, Bordieu diz estar a desaparecer o que chama de “aura simbólica” dos jornais e jornalistas sérios. Tal deve-se a uma submissão à lógica de mercado e, consequentemente, a pressões temporais impostas aos jornalistas, obrigando-os a uma permanente concorrência e luta pela prioridade bem como a práticas sob o signo da rapidez e da renovação constante. No entanto, estas são atitudes que potenciam uma certa uniformidade dos produtos e não a originalidade e diversidade desejadas na actividade jornalística.

No espaço do *campo jornalístico*, cada jornal e jornalista toma consciência de si e do outro através de uma rede de estratégias, apoios e lutas que os ligam a outros membros do campo, e as tensões, existentes nesse local estruturado de relações objectivas e subjectivas, denotam a conflitualidade dos jornalistas (Neveu 2001 cit in Santos 2006 p.20)

É ainda no *campo jornalístico* que se assiste ao afrontamento entre organizações pelo “negócio” da notícia, ideia proposta por Ericson et. al e que Bordieu define como Retoma. O sociólogo francês afirma que a luta entre jornalistas e organizações noticiosas distintas obriga estes profissionais ao visionamento de tudo o que se produz, em busca do novo e do exclusivo. Por isso, é possível que as informações passem de um meio noticioso para outro (mais importante) que as amplia e lhes dá novos focos de atenção, fazendo delas acontecimentos importantes. Assim se efectiva a retoma, fazendo com que um assunto ou tema se torne “produto de um processo colectivo e circular com cada meio noticioso a “agarrar” os assuntos lançados por outros media e a conceder importância aos acontecimentos” (Santos 2006, p.20), conceito também partilhado por Manchetti. De acordo com Santos (2006, p.20), todo este cenário permite concluir que os meios de comunicação noticiosos se apresentam como um espaço estratégico definidor dos temas a debater

publicamente – agendamento – bem como da forma como estes devem ser entendidos pelo público.

Esta abordagem do campo jornalístico por Bordieu traz contributos importantes mas, segundo Rogério Santos, tem algumas falhas, na medida em que, apesar de se ocupar dos agentes especializados que fazem as notícias – os jornalistas, não contempla outros agentes sociais imprescindíveis à produção das mesmas – as fontes de informação. Para Pierre Bordieu “a fonte de informação tem um lugar *a priori*, mas supletivo” (*cit. in Santos, 2006, p.20*).

1.2 Campo Estruturado

Em desacordo com Bordieu, nomeadamente quanto a uma posição apenas suplementar das fontes de informação, Schlesinger contesta o fechamento do *campo jornalístico* e alerta para o peso e importância desses agentes sociais. Fá-lo a partir da noção de *campo intelectual* de Bordieu – sistema de relações sociais onde ocorre a criação de um acto de comunicação.

Com o objectivo de conceptualizar as relações entre os media noticiosos e as fontes, Schlesinger propõe o conceito de *campo estruturado*, local onde, para além das lutas e interpretações dos jornalistas face aos acontecimentos, as fontes de informação participam no processo de produção de notícias.

“A informação que origina a notícia aparece ancorada em afirmações e tomadas de posição das vozes e fontes de informação, que as relatam directa ou indirectamente aos jornalistas” (Schlesinger e Tumber 1994, *cit. in Santos 2003 p.38*).

Deste modo, por serem “agentes especializados na elaboração de um produto específico, a notícia, as fontes também participam na construção da agenda dos meios noticiosos” (Traquina, 1995,2000 *cit. in Santos 2006 p.23*). O agendamento de temas pode passar por tornar centrais algumas questões – na comunicação da informação ao jornalista – e por dotar temas já tratados de novas informações e interpretações – retoma.

De acordo com Schlesinger (*cit. in Santos 2003, p.38*), o campo estruturado assume-se como palco da interacção entre jornalistas e fontes de informação, uma relação que passa pelo confronto entre estas, que concorrem e colaboram entre si, com jornalistas que também colaboram e concorrem entre si. No entanto, a interacção envolve mais do que a troca entre

uma fonte de informação e um jornalista para ocorrer entre dois grupos, profissões e tipos de organizações. Neste sentido, o campo estruturado é apresentado como “interacção e confronto entre duas estruturas baseadas em conjuntos particulares de relações individuais – fontes de informação e jornalistas² (...)” (Schlesinger *cit. in* Santos, 2006, p.22). Esta posição do autor anteriormente citado deriva da noção de troca e interacção social de Tunstall. Para este, não existe um nível de interacção individual entre fonte de informação e jornalista, mas existe um nível colectivo, dado que “as transacções são efectuadas entre grupos de jornalistas e departamentos de relações públicas e imprensa dentro das fontes de informação” (Santos, 2006, p.23).

“Ao nível organizacional, um número de organizações de fontes, que concorrem e cooperam umas com as outras, confronta um número de organizações jornalísticas, que também concorrem e cooperam”. (Tunstall *cit. in* Santos 2006 p.22).

Tendo como propósito aceder ao campo jornalístico, as fontes exercem acções estratégicas que passam pela concorrência entre si, mesmo que as vantagens materiais e simbólicas que daí resultem se distribuam de forma desigual. Assim, para alcançar os meios noticiosos, estes elementos participantes no circuito de comunicação da notícia possuem recursos. Desenvolvendo uma sociologia das fontes capaz de analisar as estratégias e as táticas das fontes de informação precisamente na tentativa de aceder aos media, Schlesinger sustenta-se, uma vez mais, na noção de campo de Bordieu³, dado que esta “conduz os actores culturais a concorrerem através de formas variadas de capital como recurso” (Santos, 2006, p.21).

Pode definir-se *capital* como o poder de determinado agente no espaço social, importante para a sua posição relativa no confronto com outros agentes no campo (Bordieu *cit. in* Santos 2006, p.21). Conceito compartilhado por jornalistas e fontes, manifesta-se de diferentes formas em ambos elementos. Efectivamente, nos primeiros o capital está associado à reputação, autoridade e crédito pessoal, sendo peça valiosa na concorrência entre meios noticiosos, jornalistas e especialistas dos vários meios. Já para as fontes, o capital reveste as formas de prestígio e poder, factores que lhes facilitam o acesso aos jornalistas. Schlesinger⁴

² Schlesinger segue a noção de troca e interacção social de Tunstall.

³ Schlesinger também se apoia na noção de *Primeiro definidor* de Hall – a abordar neste trabalho, embora prefira o conceito de campo, segundo Rogério Santos, pela razão acima apresentada.

⁴ O autor observa os campos institucionais do processo de justiça criminal, examinando as “actividades concorrentes dos corpos oficiais do Estado, semi-oficiais e não oficiais, relacionados com um número de campos

(*cit. in* Santos, 2006, p.22) considera que, dentro do *campo estruturado* e na luta pelos media, as fontes usam todos os recursos possíveis dentro de um quadro de constrangimentos e desafios, mostrando-se, assim, empreendedoras políticas. No entanto, por não possuírem todas o mesmo nível de *capital*, e por haver uma distribuição desigual de credibilidade bem como de recursos materiais e simbólicos (em especial nas fontes oficiais e não oficiais) - o sucesso (político) das estratégias de comunicação junto dos meios noticiosos depende das circunstâncias.

Para Schlesinger e Tumber (*cit. in* Santos, 2006, p.23), para além do capital cultural que molda a autonomia, a legitimidade e a respeitabilidade nos contactos mantidos por uma entidade, os recursos das fontes de informação passam também pela sua institucionalização – de acordo com Rogério Santos (2006, p.23), o aparelho de Estado é um local de permanente disseminação de informação oficial importante, mas outras fontes como grupos de pressão e outros actores sociais têm igual importância no acesso aos jornalistas; pela sua base ou recursos financeiros – actores políticos, económicos, culturais e desportivos desenvolvem estratégias mediáticas aumentando a produção de informação frequente e direccionada capaz de alcançar objectivos previamente estabelecidos.

Assim, de acordo com Santos (2006, p.23), a uma perspectiva dicotómica simples entre jornalismo intelectual e jornalismo comercial, proposta por Bordieu, sucede uma perspectiva de complexas interligações entre jornalistas, fontes e organizações. Dessa múltipla relação podem advir “resultados imprevisíveis e dominados pela autoridade e pelos recursos dos agentes sociais já instalados e em confronto com os novos agentes sociais que entram no campo de notícia”. (Santos 2006, p.23). Jornalistas e fontes de informação possuem vários níveis de autoridade e acesso neste processo dinâmico.

Em virtude de todas estas considerações, Santos (1997, p.162) propõe o conceito de campo de notícia identificando-o como “o resultado do fluxo de informação que transita entre fontes e jornalistas, intervindo diversos participantes dos dois lados, com comportamentos que compreendem o conflito e o compromisso, actuando em cadeia e com efeitos de interinfluência”.

Utilizando os recursos em permanente evolução que possuem, ambos os agentes dotados de competência procuram, numa guerra contínua de posições, interagir, concorrer, dominar, explorar e intimidar.

intelectuais sobrepostos e que interessam à justiça, lei, ordem social, criminal e sistema prisional (Schlesinger 1990:78 *cit in* Santos 2006, p. 21).

1.3 Campo de Notícia: da interacção à intimidação

Para compreender estes comportamentos e relações que se estabelecem entre fonte e jornalista e que, por sua vez, contribuem e influem na produção da notícia, é necessário precisar o conceito de *campo de notícia*.

Com efeito, Rogério Santos considera que o *campo de notícia* é um **lugar de interacção** porquanto se constitui como espaço onde os agentes tomam decisões, produzem interpretações e negociam o controlo dos acontecimentos e os seus significados. Por isso, é um espaço promotor de diálogo onde se assiste à cooperação e convergência entre as partes tendo sempre em mente a autonomia de cada uma delas, de modo a preservar o público e o privado da fonte e os interesses informativos do jornalista.

“O *campo de notícia* enquanto lugar de interacção projecta valores e poderes e implica o jogo de papéis, estatutos e dispositivos” (Santos, 1997, p.185). Quanto às fontes, os valores passam pela narratividade – homogeneidade de produtos de relações públicas, “final feliz” dos projectos da instituição, argumentação; gratificações – actos em que os presentes pertencem a um círculo por oposição aos ausentes que não lhe pertencem; performatividade – o dizer e publicitar é já fazer; influência e sedução – procura de afirmação e poder. Relativamente aos jornalistas, estão presentes no campo de notícia, enquanto espaço de interacção, valores organizativos e profissionais como o enquadramento – o jornalista estrutura na notícia o significado simbólico do acontecimento; a visualização – o modo como o jornalista representa os seus próprios valores; profissionalismo – normas, selecção de fontes, juízo atribuído às afirmações de fontes, locais de trabalho do jornalista, sistemas de recompensa. Jornalistas e fontes desenvolvem estratégias diferentes: enquanto os primeiros enquadram os acontecimentos em termos de noticiabilidade para os transformarem em notícia, os últimos prosseguem estratégias de relações públicas e de promoção das suas actividades, escondendo ou censurando os pontos negativos.

As relações que estes agentes estabelecem implicam, assim, uma procura constante pelo equilíbrio entre o que cada uma das partes dá e recebe. Esta troca implica a existência de um jogo em que os intervenientes por um lado participam nele e, por outro, o controlam. Assim, é um lugar de luta entre detentores de poderes diferentes. O *campo de notícia* é um **lugar de concorrência** e de lutas pelo poder, onde se negocia e se pretende obter supremacia. Como o campo estruturado de Schlesinger já propunha, nele há uma luta entre “um número de organismos-fontes de informação, que colaboram e concorrem entre si, contra um número de organismos-jornalistas, que também colaboram e concorrem” (Santos, 1997, p.187). Os

elementos envolvidos neste modo de troca negoceiam o controlo dos signos ou acontecimentos e respectivos significados, o que para Ericson et. al (1989) é um processo complexo que ocorre entre membros e unidades de diferentes fontes; entre jornalistas e editores de determinada organização noticiosa, entre membros das diferentes organizações noticiosas, e entre fontes e organizações noticiosas.

“A ideia de negócio deixa entender uma maior elaboração e um representar mais refinado do que a simples troca, com as partes a “jogar” conscientemente o conflito, as estratégias e a dominação” (Santos, 1997, p.187)

No *campo de notícia* assiste-se a um afrontamento de posições entre fontes e jornalistas, em que cada jogador utiliza os recursos que possui no sentido de conseguir exercer influência e obter supremacia. Para além de lugar de cooperação e concorrência, o campo de notícia surge então como **lugar de dominação**, no sentido de dispositivo conflitual. O conflito, enquanto manifestação importante no interior do campo de notícia, é visto segundo Newton et. al (*cit. in* Santos, 1997, p.188) como um processo em que forças distintas mas poderosas dominam os temas e os interpretam. Os significados e a interpretação dos acontecimentos noticiosos pertencem às partes que vencem o jogo. Desta forma, é possível afirmar que, de um modo geral, as notícias reproduzem o poder e a autoridade. Elas apresentam a versão autorizada ou oficial da realidade porquanto favorecem os interesses das fontes que possuem o peso da autoridade, que segundo Schlesinger são especialmente as que se situam no interior do aparelho de estado.

Neste sentido, Ericson et. al (1989, p. 3) dizem que fontes e jornalistas negoceiam o controlo da informação e conhecimento, numa dialéctica entre conhecimento e poder, caracterizada pelo secreto e pelo revelado, ou seja, pelo visível e pelo silêncio (o que é dito e o que se esconde). Para o autor, o controlo do conhecimento quanto às boas ou más notícias é contextual, equívoco, transitório e não resolvido. Pode dizer-se que o resultado da luta ou da negociação entre os envolvidos depende do contexto, do tipo de fonte e do tipo de jornalista. Certo é que o campo de notícia se apresenta como um conjunto de grupos ou seus representantes com interesses próprios e que procuram ocupar uma posição de dominação, papel ocupado frequentemente, embora de modo não permanente, pelas fontes oficiais com maior peso.

O *campo de notícia* pode também classificar-se como **lugar de exploração e de intimidação** pois as relações entre fonte e jornalista podem atingir formas de pressão precisamente como a exploração e a intimidação.

No espaço da exploração, a fonte utiliza uma linguagem austera e imperturbável de forma a impressionar o jornalista. Tixier-Guichard e Chaize (*cit. in* Santos, 1997, p.57) definem-na como uma “linguagem de madeira” que a fonte utiliza para comunicar (as linhas de estratégia da organização) para o exterior (da organização), visando alcançar “transparência” e “luminosidade”. Através dela, a fonte procura influenciar o enquadramento a dar na notícia ao acontecimento, identificando o que é importante e o que é mais irrelevante. Por um lado, a fonte pode fornecer informações para facilitar a investigação do jornalista mas também pode ocultar outras e até fornece-las com alguma lentidão, o que pode conduzir aquele ao rumo pretendido por esta. Por outro lado, obtida uma informação o jornalista pode controlá-la segundo um quadro social e político, o que pode distorcer a realidade pretendida e identificada pela fonte. Mancini refere que os jornalistas têm possibilidades (numa situação política) de negociar com as fontes os termos de uma informação a dar, mas optam sempre por uma versão mais adequada aos seus pontos de vista. Por sua vez, Ericson et. al ao centrarem-se na ideia de equilíbrio negocial entre jornalistas e fontes - enquanto descrevem o enquadramento das cartas ao director, uma rubrica presente em muitos jornais - concluem que os jornalistas desempenham sempre um papel de seleccionador da informação – de gatekeeper – ou seja, estes têm uma espécie de palavra final na construção da notícia, como refere Santos (1997, p.190).

Por fim, fontes e jornalistas podem exercer formas de intimidação uns perante os outros, sendo o campo de notícia palco desse relacionamento entre ambos. A intimidação ocorre quando a fonte pratica um poder persecutório face ao jornalista, ou quando a exerce no interior da organização noticiosa, por exemplo através de ligações políticas ou económicas. Por seu turno, o jornalista também pode estar a utilizar a intimidação na relação com as fontes se não respeita o embargo ou se divulga informações dadas em off-the-record, pondo em perigo o agente divulgador de informação. Consequentemente, o campo de notícia enquanto lugar de intimidação é também espaço de degradação da relação entre estes agentes sociais.

Concluindo, de acordo com Rogério Santos (1997, p.196) o *campo de notícia*

“constitui um espaço amplo de lutas e de negociação entre os intervenientes na elaboração e produção da notícia, com desempenho de múltiplos papéis articulados a diversos enquadramentos. No campo de notícia processam-se

lutas pelo poder, na afirmação de paradigmas legitimadores de posições que esse mesmo poder pretende perpetuar (...).”

Assim, “a notícia mostra-se como o resultado de um longo e complexo processo de tensões e poderes, contextualizando, descontextualizando e recontextualizando a realidade (...)” (Tuchman *cit. in* Santos, 1997, p. 189), o que resulta numa construção social da realidade.

No campo de notícia, para além dos jornalistas e dos meios noticiosos, as fontes operam no estabelecimento da agenda pública, estruturando as suas estratégias para tal desígnio (Santos 2006, p.24). Aqui ocorre uma luta entre várias agendas. Para Traquina (*cit. in* Santos, 2006, p.23) o agendamento é constituído pela agenda mediática, pública e política. Já Rogers, Dearing e Chang (*cit. in* Santos, 2006, p.24) descrevem quatro agendas que funcionam entre si: a jornalística, científica, política e a eleitoral. Assim, o agendamento surge da interacção entre elas e da disputa sobre os acontecimentos que interessam promover e divulgar e o significado a atribuir a cada um deles. As fontes de informação podem desenvolver uma postura activa mobilizando recursos e protagonizando e vigiando a concorrência das outras fontes; ou uma postura passiva, isto é, esperar para agir. Quanto aos jornalistas, divulgam informação sobre os acontecimentos e, segundo Santos (2006, p. 26), as notícias têm como objectivos desocultar as vantagens próprias e não reveladas das fontes. É com acções de agendamento dos agentes sociais que o campo de notícia – enquanto espaço de disputa, conflito e negociação – ganha maior expressão, pois as partes tentam agendar temas para definir objectivos políticos, sociais ou económicos, querendo também manter o controlo informativo em seu benefício.

1.4 A luta pela agenda e a “retoma” como concorrência

Rogério Santos (2006, p.24) considera que o estabelecimento de uma agenda e a interacção entre as várias agendas implicam mediação entre os diversos agentes sociais envolvidos e cujo poder e estatuto simbólico, como já referido, não são constantes, ou seja, variam consoante a acção e o momento. Assim, a agenda jornalística pode, pela mediação, transformar um problema social – “falha, dúvida ou dificuldade de compreensão e resolução que atinge um grupo social e o leva a formular atitudes e comportamentos que ocupam o espaço público” (Santos, 2006, p.24 – numa questão política. Daí pode-se considerar a existência de arenas públicas, conceito proposto por Hilgartner e Bosk (*cit. in* Santos, p.24) com base na definição e legitimação de problema social. Estas incluem o governo, os meios noticiosos, comunidades de investigadores, a escola, os tribunais, organizações religiosas e não governamentais. Cada uma destas arenas ou campos de conflito que exerce poder no campo jornalístico tem

diferentes estratégias para atingir as audiências embora pareçam homogêneas, e o resultado do conflito e da negociação é imprevisível pois várias entidades ou organizações marcam presença no mesmo campo de disputa, e as próprias notícias englobam algumas dessas arenas onde se enfrentam forças e autoridades distintas.

Geralmente relacionado com questões políticas e ideológicas, um problema social pode surgir inesperadamente e pelo empenho ou acção de notoriedade de uma fonte – por meio de fugas de informação ou de afirmações de personalidades políticas, ou ainda através de acontecimentos que sugerem outros. Pode também ser desencadeado pelos jornalistas. O problema social entra no campo de notícia e pode nele permanecer por algum tempo, sendo que a sua continuidade e força no agendamento dependem dos interesses dos media bem como do peso, influência, capital e acesso dos agentes sociais que o promovem. Se a cobertura do tema se prolongar no tempo e for forte assiste-se a um ciclo de permanência do mesmo, conforme dizem Rogers, Dearing e Chang (*cit. in* Santos 2006, p.27). No tratamento dos assuntos, as organizações noticiosas procuram oferecer novos quadros de referência a questões antigas, ou seja, acrescentar novos dados e interpretações, relembrando-se aqui o conceito de retoma já proposto neste trabalho, mas agora pertinente.

Como tal, é importante referir que a retoma de um tema ou assunto noutra espaço temporal e/ou meio noticioso não significa a sua resolução, mas sim o aparecimento de um (novo) momento crucial. Isto é, surge um elevado grau de atenção noticiosa a uma questão, constatando-se que nestes momentos as notícias atingem picos de interesse mais violentos e dramáticos que o habitual, marcando a agenda. Ao acontecimento associam-se o tema e o momento crucial, que se reporta a uma agenda mediática, política, pública ou científica. (Santos 2006, p.27) Para Marchetti, Véron, e Traquina (*cit. in* Santos, 2006, p.195) os momentos cruciais tomam a designação de ondas, tempos fortes ou momentos quentes.

Independentemente da denominação, estes momentos definem intensidade e actualidade noticiosa ao mesmo tempo que representam uma certa intencionalidade para que produzam efeitos. Esta forma de interesse renovado numa questão por parte de um meio noticioso ou fonte, e que envolve pontos de vista divergentes, é expressão da concorrência que existe precisamente entre fontes, jornalistas, meios noticiosos e entre esses diversos agentes sociais. Notícias imprevistas e de relevo que são geralmente tratadas por jornalistas especializados, e que têm destaque nas páginas dos jornais, caracterizam os momentos cruciais, marcados ainda por oposições entre agentes na criação de enquadramentos ou atribuição de significados simbólicos às notícias, nomeadamente entre fontes oficiais e não oficiais. Intriga, rivalidade, concorrência e ruptura moldam as relações entre as partes envolvidas, numa luta que

“pressupõe o exercício do poder, a disputa e a resistência ao poder por parte de alguns agentes sociais” (Santos, 2006, p.196). Os momentos cruciais, para além de serem precedidos por momentos de retoma – com tendência para notícias ligeiras descrevendo várias fontes e perspectivas diferentes – são acompanhados por períodos posteriores de notícias. A cada um correspondem, respectivamente, ganhos e perdas de influência e impacto das questões, bem como jogos de posições de fontes noticiosas e de jornalistas.

Esta abordagem recupera a ideia de campo de Bordieu como espaço social estruturado onde ocorrem relações entre os vários agentes sociais, aplicando-a às noções de agenda e de competição entre agentes. No agendamento, a relação entre os agentes sociais toma, muitas vezes, a forma de competição por terem propósitos e objectivos diferentes levando também a resultados díspares dadas as desigualdades que se verificam ao nível do acesso e capital simbólico entre as partes que concorrem no campo de notícia. Este facto leva a uma sobreposição de perspectivas e interesses, garantindo a circulação do que se sabe e do que não se sabe. Para Fishman (*cit. in* Santos, 2006, p.28), dado que nos momentos cruciais determinado assunto é ampliado e ganha maior visibilidade, estes contribuem para dar maior dimensão ao fluxo contínuo no circuito da comunicação, já potenciado, segundo o autor, pela rotinização dos processos de recolha e divulgação de informação.

2. Fontes de Informação: agentes sociais importantes na produção das notícias

Como exposto anteriormente na abordagem ao espaço social onde se produzem as notícias, as fontes de informação intervêm na criação do produto do jornalismo. Desde o relato dos acontecimentos à disputa do significado dos mesmos, estes agentes sociais desempenham vários papéis e impõem a sua presença no processo informativo.

2.1 Da ocorrência à notícia: o lugar das fontes de informação

A importância e acção das fontes de informação vêm sofrendo evoluções ao longo dos tempos. Por um lado porque a par de agentes com uma atitude passiva e defensiva emergiram entidades organizadas, interessadas e preponderantes mesmo quando não aparecem, conforme afirma Manuel Chaparro (2001, p.42). O mesmo é dizer que, para além de detentoras de informação ou conhecimento, as fontes também se tornaram produtoras competentes dos acontecimentos que interessam aos jornalistas. Por outro lado, estes nem sempre conseguem observar uma ocorrência noticiável, pelo que precisam de obter, através das fontes, um relato correcto do acontecimento. Assim, o jornalismo depende das fontes de informação, sem as quais “não existe informação decisiva, o detalhe poético, a versão esclarecedora, a frase

polémica, a avaliação especializada.” (Chaparro, 2001, p.43). Segundo Mar de Fontcuberta (1996, p.58) as fontes de informação são também importantes mesmo quando o jornalista presencia as ocorrências, pois potenciam pontos de vista distintos ao mesmo tempo que fornecem dados complementares ao jornalista. De acordo com Gans (1970), são consideradas como “agentes que o jornalista observa e entrevista, no sentido de fornecimento de informação e sugestão noticiosa” (Traquina et. al, 2001, p.95). São elementos que “fazem acontecer” e que compõem as narrativas do quotidiano, numa dependência constante entre ambos os agentes sociais, o que Manuel chaparro reforça em jeito de analogia, referindo que “como a seiva está para a árvore, a fonte está para o repórter, o editor e o articulista da análise diária”. (Chaparro, 2001, p.43).

Portanto, é possível afirmar que um meio de comunicação sem fontes é um meio morto (Fontcuberta, 1996, p.58). Conforme refere Sousa (2001) as fontes de informação são imprescindíveis ao jornalismo, já que “não existiria investigação jornalística sem fontes de informação” e “grande parte da informação jornalística não existiria sem fontes de informação”. Mais, segundo Fontcuberta (1996, p.58), a obtenção de fontes fiáveis e de qualidade prestigia os meios, cuja influência e credibilidade aumentam quanto maior for a qualidade, quantidade e diversidade das fontes e informações que comunica. O mesmo é dizer que o poder informativo dos meios depende do número, qualidade e pluralismo das suas fontes de informação, conforme indica Hector Borrat, para quem,

“perante um determinado facto noticiável, o jornal precisa de ter várias fontes contrastáveis para que a sua versão não seja uma simples transcrição ou reprodução de uma única fonte, nem reflita apenas a versão de uma das partes em conflito” (Borrat por Fontcuberta cit. in Évora, 2005 p. 6).

O papel influente das fontes de informação ganha importância desde os estudos de Molotch e Lester (1974). Os autores atentam na relação de três conceitos fundamentais: a ocorrência, o acontecimento e a notícia. O primeiro consiste num acontecimento conhecido e a notícia apresenta-se como o resultado do conhecimento público de uma ocorrência, nascendo da necessidade de acontecimentos dos seus próprios agentes promotores, este último um conceito proposto por estes estudiosos da comunicação. “O trabalho de ascensão da mera ocorrência ao estatuto de acontecimento público nasce das necessidades dos promotores” (Santos, 1997, p.22).

Assim, os autores apresentam uma tipologia de acontecimentos baseada na existência ou não de intenção de realização e nas circunstâncias de promoção dos acontecimentos. Com efeito, estes variam conforme a fonte os promova com ou sem intenção, e mediante o facto do agente que transforma a ocorrência em acontecimento poder ser ou não o promotor dessa mesma ocorrência.

Com efeito, identificam-se:

- Acontecimentos de rotina, isto é, baseiam-se em intenções ou objectivos planeados, e os agentes que os realizam ou produzem – os “effectors” de Molotch e Lester – são os mesmos que os promovem. São planeados e realizados pelo “promotor” e dirigidos aos jornalistas que preparam a notícia;
- O acidente surge como um tipo de acontecimento não intencional em que promotor e produtor ou realizador diferem. Segundo Rogério Santos, estes acontecimentos “concebem-se como erro de cálculo que produz uma quebra na ordem ou desorganiza uma instituição” (Santos, 1997,p.25). São normalmente ocorrências que a fonte ou instituição se interessa por ocultar pelo tempo máximo possível de forma a poder preparar uma resposta face ao sucedido. É neste tipo de acontecimentos que têm um maior acesso ao jornalista e às organizações noticiosas as fontes cuja acção, notoriedade e recursos habituais não o permitem;
- No que respeita ao escândalo, uma ocorrência passa a acontecimento pela intencionalidade dos “informers” ou promotores. Estes não partilham as estratégias dos “effectors” ou, como se prefere aqui, dos realizadores ou produtores da ocorrência, sendo que “a transformação desta em acontecimento surge como uma surpresa para os actores originais” (Santos, 1997, p.25); Produtor e agente divulgador de acontecimentos têm necessidades noticiosas diferentes, havendo uma luta entre interesses distintos.
- Quanto ao acaso, assume-se como acontecimento não planeado mas quem realiza ou participa na ocorrência é também seu promotor. Muitas vezes é um acontecimento não observável.

“A ocorrência passa por um conjunto de agências – promotores, jornalistas e consumidores de informação – que ajudam a construir o acontecimento, por meio de rotinas organizativas, e a torná-lo notícia”(Santos,2006, p.28).

Em conformidade, Molotch e Lester⁵ apresentam três níveis distintos de interventores presentes na construção sociológica do acontecimento, sendo que cada um opera um trabalho homólogo mas com intenções e objectivos que podem ser distintos.

- Os promotores ou “news promoters” são agentes sociais interessados em divulgar certos acontecimentos para uso público bem como em impedir certas ocorrências de ascenderem ao nível de acontecimento, na procura constante de um equilíbrio entre o visível e o secreto; Pela terminologia está implícito que o promotor ao realizar uma ocorrência ajuda a torná-la visível e relata-a a terceiros. A notícia surge porque “há fontes interessadas em levar determinadas informações ao conhecimento público” (Gomis *cit. in* Sousa 2001), narrando os acontecimentos aos quais não se tem acesso.
- Por sua vez, os “news assemblers” ou jornalistas transformam as ocorrências, através do relato e divulgação das mesmas por parte dos promotores, em acontecimentos públicos ou notícias publicadas. São elementos que desempenham o importante papel de controladores da informação porque (para além de enquadrarem os acontecimentos) “um número pequeno de coisas acontece realmente, seleccionando-se as mais especiais, interessantes e importantes” (Santos, 1997, p.23). A selecção de informação e dos assuntos a incluir na agenda passam por critérios de noticiabilidade sem esquecer os constrangimentos profissionais de que o jornalista é alvo. Podem também ser influenciados pelo tipo de fonte que os promove, por exemplo uma fonte melhor posicionada na hierarquia de credibilidade, com maior acesso aos media, com mais recursos, poder e/ou conhecimento, etc. – caso das fontes políticas pois o que dizem é sempre acontecimento).

⁵ Apesar do importante contributo para o estudo das fontes e respectivo papel na produção noticiosa, as considerações de Molotch e Lester falham, segundo Santos (1997, p.25), relativamente à acção dos jornalistas no que se refere à aceitação e divulgação dos acontecimentos propostos pelas fontes de informação; não consideram o acesso de fontes divergentes na divulgação de uma ocorrência podendo esta transformar-se em acontecimento num momento posterior e mais oportuno em troca de alguns benefícios; por fim não são incisivos quanto à importância das fugas de informação e respectivas vantagens ou desvantagens para as fontes.

- Os leitores ou, como denominaram os autores, “news consumers” acedem às notícias, isto é, aos acontecimentos tornados visíveis pelos meios de comunicação, criando mentalmente um sentido de tempo público. (Molotch e Lester *cit. in* Santos, 1997, p.24). É importante referir que estes elementos formam uma audiência que, por sua vez, constrói acontecimentos e os contextualiza (na sociedade) a partir dos materiais que os jornalistas fornecem.

Em paridade com o conceito de “promotor”, Villafañe (*cit. in* Santos, 1997, p.39) afirma que as fontes de informação de que os jornalistas se servem não coincidem sempre com a “procedência” e é precisamente a distinção entre fonte e procedência que marca a origem das notícias. Assim, esta última refere-se à origem da informação cuja acção é idêntica à dos promotores de Molotch e Lester. Da mesma forma que estes autores distinguem entre os agentes que realizam e os que divulgam os acontecimentos, Villafañe (*cit. in* Santos, 1997, p.39), ao considerar a fonte como origem e lugar de informações, refere a existência anterior desses dados que são transferidos para um receptor que serve de intermediário, havendo já nesse ponto um processo de comunicação consumado. O autor destaca, por esse motivo, o carácter relativo do conceito de fonte.

Nesta linha de pensamento, Daniel Boorstin (1987) e Dyan Katz (1999) (*cit. in* Évora, 2005) consideram que os acontecimentos são presenciados ou não pelos jornalistas consoante a sua natureza. Segundo os conceitos destes autores, Silvino Lopes Évora destaca o carácter construído da maior parte da informação que chega ao público. Com efeito, apropria-se das noções de pseudo-acontecimentos e acontecimentos mediáticos ou media events, pois ambos possibilitam o testemunho presencial do profissional da comunicação dado que “são preparados em função da sua repercussão nos meios de comunicação social, sendo que os jornalistas sabem atempadamente tudo o que vai acontecer”(Évora, 2005).

Por oposição, os acontecimentos que fogem à rotina não permitem, pela sua natureza, uma observação directa e presencial dos jornalistas que, assim, não são testemunhas das histórias que relatam. Tais acontecimentos entram no âmbito do inesperado e da surpresa, tornando-se necessário recorrer a fontes de informação não só para obter dados sobre a ocorrência como também para obter várias posições ou pontos de vista sobre essas informações, atestando assim a veracidade e grau de credibilidade de ambos. Segundo Fontcuberta (*cit. in* Évora, 2005)), esta atitude permite ao jornalista preservar o pluralismo de ideias bem como conferir às suas narrativas um grau mais elevado de credibilidade e semelhança com a realidade. Para Borrat (Fontcuberta 1999 *cit. in* Évora, 2005) quanto maior for a quantidade, qualidade e diversidade das fontes que o jornalista cita, maior é também a credibilidade e, por isso, a

influência. Para perseguir tais objectivos e assegurar tais ideais, os jornalistas, perante um facto noticiável, devem proceder à contrastação de fontes, isto é, devem cruzar fontes e respectivas informações para que a sua versão não seja, segundo Borrat, uma simples “transcrição ou reprodução da versão de uma única fonte, nem reflecta apenas a versão de uma das partes em conflito” (Fontcuberta 1999, *cit. in* Évora, 2005).

Agentes que muitas vezes são testemunhas oculares de acontecimentos inesperados, as fontes possuem um carácter igualmente importante ao dos jornalistas no processo informativo, onde, por conseguinte, é fundamental a relação entre os acontecimentos e a actividade das fontes, uma das mais complexas e estruturantes de todo o processo de produção de notícias (Fontcuberta 1999, *cit. in* Évora, 2005).

Identificados os tipos de acontecimentos tendo em conta a acção das fontes e referidos os principais interventores na produção noticiosa, é importante complementar esse estudo atentando nos canais⁶ por onde circulam todos os tipos de informação decorrentes dos diversos tipos de ocorrências e acontecimentos. Consoante o tipo de acontecimento o fluxo de informação circula em determinado canal, ou seja, no canal a ele correspondente. De acordo com Sigal (1973 *cit. in* Santos, 1997 p.26,27) estes canais são patamares pelos quais a informação chega ao jornalista.

- Pelos canais de rotina circulam informações referentes a acontecimentos oficiais, julgamentos, debates parlamentares, campanhas eleitorais, comunicados de imprensa, comunicados de porta-vozes oficiais, acontecimentos não espontâneos, ou seja, programados ou de rotina.
- Nos canais informais as informações estão relacionadas com fugas de informação, processos não-governamentais como encontros associativos, relatórios de outras organizações noticiosas, entrevistas com jornalistas e editoriais jornalísticos. São canais por onde circula uma “informação simples” e onde está presente a ideia de circularidade da informação de Bordieu.
- Sigal identifica também canais de iniciativa pelos quais são veiculadas informações relativas a entrevistas conduzidas por iniciativa do jornalista, acontecimentos espontâneos (com testemunho jornalístico em primeira mão – fogos, lutas, desastres

⁶ Sigal conclui que existem diversos canais de informação e estuda também a forma de evolução dos mesmos através de análise de conteúdo a notícias de jornais.

naturais), pesquisas independentes envolvendo citações de livros e dados estatísticos, bem como conclusões e análises próprias dos jornalistas.

2.2 A notícia

A intenção de realização e o papel de promoção ou divulgação das ocorrências desempenhado pelas fontes de informação ou pelos promotores, na designação de Molotch e Lester, leva, como já se viu, ao conhecimento público de certos acontecimentos que, por sua vez, são apresentados nas notícias. Mas nem só os acontecimentos de rotina ou intencionais ascendem à qualidade de notícia. Acontecimentos inesperados e não intencionais também conseguem ocupar lugar na agenda dos meios de comunicação.

Com efeito, importa agora atentar na fase final da produção noticiosa, cujo processo tem vindo a ser referido. Dado os diferentes tipos de acontecimentos já enunciados, a notícia também pode ter naturezas diversas. Para Park (*cit. in Santos 2006, p.60*) “a notícia é o que faz as pessoas falarem e relaciona-se com o não usual e não esperado”.

“São ocorrências como fogos, explosões, inundações, terremotos, acidentes ferroviários, duelos e suicídios de pessoas importantes, distúrbios públicos e mortes de carácter sensacional ou cruel”, (Reuter *cit. in Read, 1992 cit. in Santos 2006, p.60*)

Ambas as definições remetem para o carácter imprevisto e não planeado dos acontecimentos, o que os leva a um lugar de destaque na agenda noticiosa.

Tuchman utiliza o termo *notícias principais* para se referir precisamente a este tipo de novas que, segundo a autora, obriga os jornalistas a situações de não rotina e implica decisões editoriais instantâneas. Acrescenta também que este tipo de notícias rapidamente se transforma em situações que se enquadram na rotina. No entanto, em certos casos, as fontes trabalham antecipadamente para promover eventos noticiáveis que divulgam antes da sua ocorrência. Tal leva ao que Park chama de notícia de rotina, uma notícia enquadrada em acontecimentos previstos. Caso as notícias ultrapassem o ciclo diário, estejam elas enquadradas em qualquer das tipologias aqui propostas, podem ser consideradas notícias de continuidade, terminologia proposta por Tuchman, que também identifica a existência de notícias de desenvolvimento. A título de exemplo, considerando os momentos cruciais e o conceito de retoma já abordados no corpus do trabalho, pode dizer-se que, num desses

momentos, as notícias, normalmente as inesperadas e as que são objecto de retoma, entram e permanecem na agenda mediática por algum período de tempo apresentando-se como notícias de continuidade, e tornando-se, assim, notícias de rotina com o desaparecimento do efeito surpresa ou inesperado. Diferentes ângulos de abordagem são acrescentados e aparecem dotadas de novas informações, logo afiguram-se como notícias de desenvolvimento.

Conforme referido aquando da abordagem ao campo de notícia, podem classificar-se as notícias não como espelho mas como uma construção social da realidade, porquanto o processo de negociação entre os interventores na produção noticiosa, nomeadamente quanto à atribuição de significados, potencia uma constante contextualização, descontextualização e recontextualização da realidade. Em conformidade, Newman (1992 *cit. in* Santos 2006, p.29) refere a existência de um modelo circular em que os protagonistas da notícia se inserem na construção dessa realidade, ou seja, as fontes transmitem as ocorrências aos jornalistas destacando determinados aspectos numa perspectiva de conformidade e esperam que estes incorporem as suas visões da realidade na notícia. Por sua vez, os jornalistas visualizam e reconstróem o que a fonte promove, organizando a realidade apresentada na notícia. Fazem-no atendendo a constrangimentos profissionais organizacionais tendo também em conta as suas expectativas acerca do comportamento da audiência. Assim, a “notícia é um empreendimento circular negociável entre fonte de informação e jornalista” (Santos, 2006 p. 29), uma disputa que também ocorre dentro da organização noticiosa entre jornalista e chefia, constituindo-se, pois, como realidade social construída.

Com efeito, existe circularidade entre notícia e realidade. É o que diz Rogério Santos (2006, p.29) ao afirmar que a notícia aponta para a realidade mas não é a própria realidade, porquanto reflecte uma construção social do real, sendo o espelho ou reflexo dos interesses e valores dessa mesma sociedade, constituindo-se a actividade jornalística como instituição social. “O acontecimento apresentado ao mundo pelo meio noticioso não é a simples imagem que chega ao mundo mas resulta de um processo organizado e regulado socialmente” (Véron, *cit. in* Santos 2006, p.29). Assim, as notícias não podem ser encaradas como provenientes naturalmente dos acontecimentos do mundo real, mas há que ter em conta, segundo Traquina (*cit. in* Santos 2006, p.29,30), que estas se processam na conjugação de acontecimentos e textos, isto é, devem ser lidas enquanto índice do real englobando as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar os acontecimentos em notícia.

“A notícia constrói-se, para além de reflexo da sociedade, como narrativa, procurando enquadrar factos em estruturas e códigos culturais conhecidos

e balizados, em que regras, fórmulas e valores-notícia são fundamentais (...)” (Scholes; Bend e Dardenne *cit. in* Santos, 1997 p.46).

É nesta elaboração textual da produção jornalística, que advém do seu carácter de prática discursiva, que está implícito o trabalho, acima referido, de descontextualização do acontecimento e recontextualização através dos formatos informativos. Assim, apesar da sua produção reflexiva, ou seja, no contexto da produção, as notícias são apresentadas indexicalmente, isto é, separadas do contexto da produção, como defende Tuchman. É como reflexo da sociedade mas também enquanto narrativa que a notícia se estrutura como realidade construída, em que os diversos agentes sociais têm interesses próprios e estabelecem jogos de poder, influência, luta e negociação, já que a notícia se produz no campo de notícia. Apresentando-se em forma de narrativa destinada a prender a atenção do leitor perante determinada estória e como resultado da colaboração entre os interventores mas também de autonomia de cada um deles, a notícia estrutura e organiza em si os acontecimentos extraídos da actividade social, dando-lhes enquadramento, ou seja, estrutura o significado simbólico do acontecimento.

Enquadrar um acontecimento pressupõe uma selecção e interpretação do mesmo com o objectivo de reduzir a controvérsia e gerar consenso. De acordo com Gamson e Modigliani (*cit. in* Santos 2006, p.30) os enquadramentos transmitem-se por meio de metáforas, citações curtas, imagens visuais, exemplos históricos e representações. Ao princípio de organização que estrutura os acontecimentos, Gofman atribuiu a definição de quadro. Por tudo isto, a notícia é mais do que a transformação de ocorrências em acontecimentos públicos, significa também a (re)organização da realidade quotidiana. Neste sentido,

“a notícia ancora-se num quadro amplo que explica os acontecimentos como se fossem mitos ou arquétipos repetidos, oferece segurança e familiaridade nas experiências que se partilhem na comunidade, fornece respostas credíveis e explicações rápidas de fenómenos complexos como a morte, a violência ou a injustiça, com enredos e personagens” (Santos 2006, p.30).

Assim, Santos afirma que o discurso jornalístico dispõe de uma estrutura interna própria que fornece sentido aos acontecimentos relevantes. O autor explica também que existe circularidade na construção das narrativas já que “as estruturas sociais proporcionam a repetição quase idêntica de acontecimentos, com as mesmas lógicas, tipo de protagonistas e desfechos finais” (Santos 2006, p.31).

Para além da actividade das fontes, do papel de recontextualização e enquadramento que os jornalistas adoptam e da circularidade na construção de narrativas, a produção noticiosa pode ser moldada pelos constrangimentos profissionais do jornalista que, por sua vez, lhe limitam o campo de actuação. Identificam-se os objectivos da organização noticiosa e respectivo sentimento de pertença por parte dos jornalistas, bem como rotinas de selecção e adequação de informação por parte do profissional. Tuchman acrescenta a ordem no espaço e no tempo bem como a tipificação das notícias como constrangimentos da produção jornalística. Quanto ao elemento espacial refere a territorialidade geográfica, a especialização organizativa e temática como elementos limitadores; Relativamente ao factor temporal identifica notícias com ritmo diário e outras planeadas ao longo dos dias; Já em relação à tipologia das notícias estas apresentam-se como principais ou do dia, como notícias de interesse humano, temáticas, de continuidade e de desenvolvimento. (Tuchman *cit. in* Santos 1997, p.).

Como princípio do jornalismo, ao mencionar a notícia como seu produto, é imprescindível referir que, qualquer que seja a sua natureza e significado, ela afigura-se como narrativa que deve pautar-se sempre por uma lógica de imparcialidade e factualidade, constituindo uma demonstração da exactidão e da credibilidade do seu próprio modo de actuação. Este é também um factor que as próprias fontes desejam ver assegurado aquando da recontextualização dos acontecimentos já que esperam rigor, isenção, objectividade e simples relato dos factos por parte do jornalista com quem estabelecem previamente um diálogo.

Ao relatar um acontecimento, “o jornalista assume uma posição de autoridade, legitimidade e objectividade”(Bennett et. al. *cit. in* Santos, 1997, p.177) levando as notícias a assumirem-se como uma versão construída da realidade mas, no entanto, pervertida, dado que a cobertura mediática incide sobretudo sobre fontes oficiais ao mesmo tempo que se verificam restrições quanto aos temas a vigorar no agendamento dos meios noticiosos. Por outro lado, as fontes, que mantêm uma atitude de autoridade e legitimidade das informações dadas, temem que a opinião ocupe as páginas dos jornais que dizem, segundo Pereira (*cit. in* Santos 1997, p.177) tenderem a ser um aglomerado de pontos de vista pessoais pelo que os leitores não chegam a conhecer os factos já que estes não se encontram relatados em parte alguma. Às organizações noticiosas é exigido que sejam independentes política e economicamente, mas sobretudo que as suas práticas e valores se pautem pela isenção, rigor, credibilidade e responsabilidade, de modo a que a actividade jornalística dos seus profissionais englobe a confirmação de informações junto de fontes independentes e idóneas, para que não sejam publicadas informações não verificadas e para que a notícia não transmita as intenções da única fonte à volta da qual possa ter sido construída, o que pode acontecer em casos de promiscuidade entre meios de comunicação e políticos.

2.3 Fontes de Informação: atributos de uma informação de qualidade

“Toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional pode ser considerada uma fonte de informação” (Sousa, 2001). O mesmo autor classifica estes agentes sociais⁷, de acordo com a sua proveniência, em fontes internas ao órgão informativo – onde se inserem os seus colegas e o centro de documentação; em fontes externas – incluem o público em geral mas também o primeiro-ministro ou uma testemunha de um acidente; e em fontes mistas – por exemplo um jornalista da organização observa o acontecimento que outro jornalista noticia.

O autor classifica as fontes ainda de acordo com o seu estatuto. Podem identificar-se fontes oficiais estatais – como é o caso da Assembleia da República; fontes oficiais não estatais – partidos políticos, sindicatos, associações, etc.; fontes oficiosas – assessores que dão a sua versão dos factos; e fontes informais – testemunhas de um crime por exemplo.

Para Fontcuberta (1996, p.58), fontes de informação podem ser pessoas, instituições e organismos que facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para fornecer notícias. Refere ainda que estas informações podem ser de dois tipos: a informação que um meio procura e a que recebe a partir de iniciativas de partes interessadas, nomeadamente das fontes, isto é, estas fornecem informações por iniciativa própria ou porque foram solicitadas nesse sentido. Segundo Rogério Santos (2006, p.75), a fonte de informação é a entidade que fornece informações ou dados ao jornalista, podendo ser uma instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante. As suas acções podem passar também pelo planeamento de acções, descrições de factos e relato de pormenores de um acontecimento. As fontes podem ainda avisar os jornalistas da ocorrência de certos acontecimentos.

“A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediada pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções” (Sigal *cit. in* Santos 1997, p.26) Assim, para compreender a notícia bem como o seu processo de construção é importante considerar que ela depende das fontes que, por sua vez, dependem da forma como o jornalista as procura. Deste modo, os “quem” de uma notícia assumem, para Sigal, grande importância. Considerando as fontes como um factor determinante para a qualidade da informação que os meios de comunicação produzem, para Gans (*cit. in* Santos 1997, p.33) a fonte é a “pessoa

⁷ Para efeitos deste estudo as fontes de informação são consideradas como fontes humanas, uma das tipologias propostas por Sousa (2001).

que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade”.

2.3.1 Fontes de informação oficiais e não oficiais

Da mesma forma que os acontecimentos, as fontes noticiosas também possuem naturezas diferentes e, conseqüentemente, um acesso desigual aos media. Com efeito, de acordo com Santos identificam-se, quanto ao seu estatuto, fontes oficiais e fontes não oficiais, cada uma com as suas estratégias, formas de actuação e diferentes níveis de credibilidade. Quanto às fontes oficiais, verifica-se que estas são fontes de informação dominantes, dado o acesso rotineiro aos media permitido pelo peso do seu estatuto social. Logo detêm presença mais frequente nas notícias, tendo uma função determinante na construção da agenda mediática. Este tipo de fontes veicula essencialmente acontecimentos de rotina pelos canais propícios à circulação desse tipo de informações – os canais de rotina – desempenhando um papel que Molotch e Lester atribuíram à fonte de informação enquanto promotor. No entanto, nos restantes tipos de acontecimentos, em especial nos escândalos, pode ser visível a sua presença, embora não intencional, coexistindo na notícia a par de outras fontes noticiosas.

Por fontes oficiais⁸ entendem-se as organizações governamentais, os governantes, os responsáveis de grandes empresas ou outras instituições privadas, os seus porta-vozes e os assessores de imprensa. No entanto, apesar de na generalidade serem consideradas todas elas fontes fidedignas e de exercerem autoridade, das suas opiniões em qualquer matéria constituírem valor para informação e, por isso, terem valor de aceitação, as fontes oficiais não têm todas o mesmo poder.

De acordo com Schlesinger (*cit. in* Santos 2006, p.77), cada fonte oficial cria a sua agenda de actividades que deve destacar-se pela sua importância ou oportunidade, de forma a ter um acesso imediato ao jornalista ou aos meios de comunicação, estabelecendo-se, assim, uma luta entre as agendas das várias fontes. Mas possuir a melhor agenda ou desempenhar as acções mais importantes nem sempre é sinónimo de maior visibilidade, nomeadamente quando a luta possa efectuar-se também entre fontes oficiais e não oficiais. (A título de exemplo, Santos (2006, p.77) destaca que fontes não oficiais como as ONG disputam frequentemente a agenda com as fontes oficiais governamentais e conseguem obter grande credibilidade com as suas iniciativas e propostas.)

⁸ No livro de estilo da Lusa (Lusa 1992, *cit. in* Santos 2006, p.76) as fontes oficiais, seguindo esta linha de interpretação, tomam a designação de fontes seguras – atribui-se a designação do nome e função como o Presidente da República, e autorizadas – fontes competentes numa área, como por exemplo o ministro da Defesa

Demonstrando os diferentes níveis de poder das fontes oficiais, Sigal (*cit. in* Traquina et. al, 2001, p.96) refere que 78% das fontes são de origem governamental e Ericson et. al (1991, *cit. in* Traquina et. al, p.96) consideram que as fontes governamentais são citadas duas vezes mais do que as fontes do sector privado nos jornais e na rádio. Por sua vez, Gans, operando uma distinção entre conhecidos: elite política, económica, social e cultural, e desconhecidos: pessoas comuns, “anónimas”, afirma que os primeiros são responsáveis por serem fazedores das notícias quatro vezes mais que os desconhecidos. Por outro lado, o autor afirma que conhecidos como presidentes, candidatos presidenciais, membros do governo e do parlamento e outros funcionários superiores do Estado são os actores de cerca de metade das notícias.

Efectivamente, a prática jornalística favorece preferencialmente os interesses das fontes que possuem autoridade e peso, nomeadamente as que se situam no aparelho governamental e de Estado.

“As fontes mais poderosas tentam estabelecer publicamente os seus símbolos e significados sobre os acontecimentos, de modo a justificar a autoridade das instituições a que pertencem” (Traquina et. al, p.96).

Por sua vez, no interior das fontes oficiais governamentais – Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministros – os jornalistas podem estabelecer ainda uma hierarquia, conforme indica Santos (2006, p.77). Tal acontece pois consideram haver

“ministros com motivos de maior informação, ministros mais simpáticos e com gabinetes de imprensa mais agressivos ou bem sucedidos, ou acontecimentos, como escândalos, que tornem uns ministros mais visíveis que outros” (Santos 2006, p.77).

Categoria fundamental nas notícias, as fontes oficiais são as mais pretendidas pelos jornalistas, pois valorizam a notícia pela posição política, económica ou social que ocupam. Estes agentes sociais fornecem ao jornalista ou meio os materiais suficientes para se fazer notícia, havendo, assim, uma produtividade da informação (Escudero *cit. in* Santos 2006, p.76). No entanto, este tipo de fontes nem sempre responde de imediato às solicitações dos jornalistas. Tal prende-se com a estratégia de divulgação que adoptam. Assim, ponderam a altura mais indicada para divulgarem as suas respostas; podem estar à espera que outros agentes se pronunciem sobre determinado assunto já que não estão certos da total eficácia da informação; e ainda porque às fontes oficiais podem não interessar todos os jornalistas ou meios noticiosos, pelo que procedem a uma selecção dos mesmos através de critérios como o

prestígio do jornalista ou do meio, e fornecem a informação de acordo com os objectivos de cada um.

Com efeito, estas fontes poderosas, dotadas de recursos, credibilidade e autoridade, exercem influência sobre os jornalistas quer na altura em que pretendem libertar informação, quer nos momentos em que a pretendem esconder parcialmente ou na totalidade, ou seja, nas alturas em que optam por gerir o silêncio. (Manning 2001, p.49 *cit. in* Santos 2006, p.79). A atitude e modo de actuação das fontes oficiais são importantes já que ao não promoverem qualquer informação fazem com que ela nunca seja divulgada. De acordo com Wemans (1999, *cit. in* Santos 2006, p.78), interessa mais ao jornalista as declarações e opiniões destas fontes poderosas e igualmente interessadas na sua divulgação do que a busca de novos factos ou correlação com outros. Por outro lado, para além dos aspectos mencionados, também a disponibilidade e influência destes agentes sociais lhes facilitam o acesso aos media, sendo que essa dificuldade diminui pois correspondem às necessidades de produção dos jornalistas. Participam em eventos notáveis e as suas opiniões interessam à generalidade da audiência, o que dá grande visibilidade aos factos políticos.

Em virtude desses factores, o jornalista deixa passar alguma informação não verificada, nos casos em que se vê impedido de proceder à sua confirmação, já que existe uma relação de confiança com a pessoa ou instituição em causa e que a fonte se esforça por manter. No entanto esta atitude pode ser perigosa pois, aproveitando-se da credibilidade que possui, a fonte pode transmitir informação falsa ou não totalmente correspondente à verdade, ou mesmo com intenção de provocar reacções na sociedade e noutras fontes informativas, nomeadamente nas elites de dentro e fora do poder político. Para não correr esse tipo de riscos, há que proceder sempre à verificação da informação e contrastação de fontes. Elevado estrato social, acesso rotineiro, credibilidade das fontes e confiança nelas não são sinónimos, em todos os casos, de informação completamente verdadeira. Beneficiando de um acesso habitual aos media e/ou aos jornalistas, tudo que as fontes oficiais dizem, em especial as do meio político, é sempre considerado importante, portanto considerado constantemente como matéria publicável, circunstância que advém também da qualidade de representatividade que possuem.

Numa posição diferente estão as fontes não oficiais, embora tenham também a sua importância na criação das notícias. Marcam presença neste grupo as organizações não governamentais, empresas de menor dimensão e grupos cívicos e de pressão. São considerados grupos politicamente marginais e de fracos recursos que lutam pela divulgação dos seus acontecimentos. Enfrentam mais dificuldades em moldar e fazer parte da agenda

noticiosa dos meios, precisamente por se encontrarem afastados política e socialmente do governo. Por outro lado, a sua credibilidade e, implicitamente, a autoridade perante os jornalistas é reduzida, pelo que dependem dos acontecimentos inéditos e espetaculares para fazerem parte da produção noticiosa. Assim, as fontes não oficiais podem chegar ao acesso noticioso em momentos específicos.

“Para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às histórias e levam à construção de notícias escandalosas e dramáticas” (Santos 2006, p.80).

Porquanto se empenham fortemente na negociação da agenda pública e

“passam temas e acontecimentos para os meios noticiosos, elas veiculam especialização e criam o agendamento e tomada de declarações públicas” Santos 2006, p.79),

o que é também uma forma de ganharem maior visibilidade. Estas são fontes que, quando acedem ao campo de notícia, pretendem exercer influência sobre os membros do poder político, acto frequente dos grupos de pressão.

Como forma de marcarem presença nas notícias, estes agentes adoptam acções de grande impacto mediático como situações de protesto que pressionem as forças do poder da sociedade. Assim, podem conseguir e garantir o acesso aos media provocando uma simpatia pelas causas que defendem, numa oposição às posições assumidas pelas fontes oficiais e autorizadas. Neste sentido, o interesse dos jornalistas pelas contradições de ideias são uma das razões do acesso destas fontes ao campo de notícia.

No entanto, de acordo com Sigal (*cit. in* Santos 1997, p.28), mesmo ao cobrir alguma situação de agitação social o jornalista procura uma fonte autorizada, por exemplo ao invés de consultarem os intervenientes directos ou promotores desse evento dão visibilidade às instituições desafiadas, o que permite afirmar que o acesso dos desconhecidos é sempre difícil. “Só surgem quando há um desvio, uma quebra de rotina, acidentes ou acções espetaculares” (Santos 1997, p.28). “Ao escolherem os *quem*, os jornalistas preferem os conhecidos aos desconhecidos, e quando não há conhecidos, eles criam-nos” (Sigal *cit. in* Santos 1997, p.29).

Alguns dos critérios que os jornalistas têm em linha de conta aquando da selecção das fontes são a sua representatividade, credibilidade e autoridade. Como já mencionado, as fontes não têm todas o mesmo grau de acesso aos media, pois também não têm todas a mesma importância, estatuto e nível de credibilidade. Sendo assim, como referido anteriormente, são as fontes política e socialmente mais poderosas que vigoram frequentemente nas notícias com grande visibilidade dos seus actos. Tal acontece porque as características que possuem colocam-nas nos lugares mais elevados dentro de uma hierarquia de credibilidade.

Deste modo, os agentes sociais com estatuto elevado bem como os que se encontram em posições de poderem emitir opiniões acerca de assuntos controversos, são vistos como tendo acesso a informação mais concreta ou especializada do que os restantes membros da sociedade, sendo as definições que produzem mais bem aceites que as demais, como é o caso das fontes oficiais. Segundo Hall (*cit. in* Manning 2001, p.16) a primazia destes agentes mais poderosos – fontes oficiais – e esta preferência estruturada que, por sua vez leva a um acesso também ele estruturado, converte-os em definidores primários dos assuntos ou temas tratados. Assim, o autor considera que

“os meios de comunicação social tendem a reproduzir, do ponto de vista simbólico, a estrutura existente do poder na ordem institucional da sociedade” (Hall *cit. in* Santos 1997, p.29).

Os meios de comunicação reflectem, deste modo, a teoria da dominação já que favorecem, nas notícias e no acesso ao campo de notícia, os mais poderosos ou com posições de dominação, em desfavor dos agentes sociais de fracos recursos e com posições menos importantes, ou seja, os que constituem o grupo dos dominados. Para Stuart Hall (*cit. in* Santos, 1997, p.29), a posição que os definidores primários ocupam na hierarquia de credibilidade permite-lhes condicionarem todas as interpretações dos acontecimentos posteriores às suas. Estas fontes de informação operam uma definição inicial ou interpretação primária dos acontecimentos segundo as quais são posteriormente tratados e definidos todos os pontos de referência e abordagem de uma nova cobertura ou debate. Esta definição primária pode identificar-se como um primeiro enquadramento e interpretação dos acontecimentos, distinguindo já nessa fase o que é de elevada importância e o que é irrelevante. Assim, os definidores primários, enquanto fontes oficiais – agentes poderosos e de elevado estatuto – vêm as suas definições de cada situação tornarem-se versões predominantes sobre as ocorrências ou acontecimentos, sendo socialmente aceites numa reprodução desse poder que os próprios media veiculam e até acentuam. (Implicitamente,

podem contribuir para a manutenção de determinada ideologia, na medida em que, veiculando posições dominantes, os media se apresentam como espelho da estrutura social vigente).

“Os meios de comunicação ajudam a reproduzir e manter as definições da situação que favorece os poderosos não apenas por recrutarem estes nos estádios iniciais em que os assuntos são estruturados mas favorecendo certos modos de colocar os temas e manter uma estratégia de áreas de silêncio” (Schlesinger *cit. in* Santos, 1997, p.30).

Com efeito, Hall distingue as fontes autorizadas e objectivas às quais atribui poder. São representantes das principais instituições sociais; poder institucional ou fontes autorizadas; estatuto representativo que possuem os deputados, ministros, outros funcionários do estado e grupos de interesses organizados como sindicatos e patronato; e especialistas. Da relação que estes desenvolvem com os meios de comunicação surge a formação de um papel ideológico por parte dos media, defendido por Santos (1997, p.30) e que diz ser esquecido por Hall.

Assim, enquanto produzem uma versão da realidade, os meios noticiosos criam uma imagem da sociedade representativa dos interesses particulares de classe, num jogo permanente entre o que deve ser conhecido e o que deve permanecer oculto, o que Hall chama de ignorância estruturada do público em geral. Esta noção de primeiros definidores enquanto fontes com poder que definem os enquadramentos de determinada notícia assemelha-se à noção de promotor de Molotch e Lester. Embora próximas, estas definições são distintas já que os últimos autores concedem autonomia ao jornalista na definição de notícia e seus significados, enquanto os primeiros recusam essa mesma ideia de autonomia do jornalista nesse jogo negocial.

Por sua vez, Santos (1997, p.31) aponta outras falhas ao modelo de Hall. Refere que este não admite a existência de lutas entre as fontes oficiais no sentido da atribuição de significados para os acontecimentos, isto é, ignora a existência de definidores primários de sentidos para os acontecimentos com poder e credibilidade semelhantes mas com visões diferentes desses mesmos acontecimentos, embora se considere que o acesso aos media seja socialmente estratificado.

Da mesma forma que concorda com a ideia de que existe uma dominação de uns pelos outros, Schlesinger (*cit. in* Manning 2001, p.16). denota uma crescente importância das fontes não oficiais, pois estas e os grupos políticos marginais têm mais oportunidades de intervir na definição das agendas noticiosas do que os próprios implicados no conceito de definição

primária, dado que se duas fontes ou instituições oferecem definições competitivas ou contraditórias sobre um mesmo assunto estabelecem-se tensões que produzem fluxos de informação não oficial que os jornalistas rapidamente aproveitam. Schlesinger (*cit. in* Manning, 2001, p. 16) remete para a dificuldade da identificação do primeiro definidor quando se verificam lutas pelos enquadramentos entre as várias fontes oficiais, nomeadamente entre membros do mesmo governo, talvez deixando transparecer a ideia de uma coexistência incompatível de ambos os modos de actuação e, em especial, conforme Santos (1997, p.31), nos casos em que as fontes oficiais tentam passar a sua versão dos factos através de porta-vozes.

De acordo com Manning (2001, p. 15) Stuart Hall, mesmo não admitindo negociações entre as fontes oficiais pelos enquadramentos noticiosos, não defende que é impossível às fontes com interpretações diferentes das definições primárias dos poderosos o acesso à agenda noticiosa, mas afirma que as suas interpretações são sempre vistas como definições secundárias. As próprias narrativas jornalísticas sugerem uma diferença de legitimidade entre primeiros definidores e os definidores secundários, sendo seus portadores em maior ou menor quantidade, respectivamente. Tal evidencia a existência de uma “subordinação estruturada” dos meios de comunicação aos definidores primários nas sociedades capitalistas, contribuindo para que, dominados pelo centro do poder e apresentando uma realidade construída, os media sejam o reflexo da verticalidade na qual a sociedade está organizada, reforçando a ideia de uma teoria da dominação sempre presente (Hall *cit. in* Manning, 2001, p.30).

As fontes oficiais apresentam discursos muitas vezes dirigidos substancialmente a um circuito fechado de agentes sociais mas que são apresentados como uniformes. É o elevado grau de credibilidade que estes actores detêm que alimenta essa hegemonia discursiva e legitimadora do poder dominante. Por outro lado, os media veiculam permanentemente esses discursos que reflectem a organização estratificada da sociedade e própria hierarquia de credibilidade pela qual os actores sociais se distribuem, isto porque a própria sociedade, que faz as audiências, dá mais atenção às opiniões e comportamentos maioritários por temerem o isolamento. Assim

“os meios de comunicação tendem a consagrar mais espaço às opiniões dominantes, reforçando-as, consensualizando-as e contribuindo para *calar* as minorias, pelo isolamento que votam às opiniões minoritárias ou marginais” (Sousa 2006, p.261 *cit. in* Ribeiro, 2007).

É o que diz a Teoria da Espiral do Silêncio de Noelle-Neuman. Mas há que ter em linha de conta que muitas vezes as opiniões consideradas maioritárias só o são pela facilidade de acesso aos media por parte de quem as transmite. Deste modo, as informações podem pertencer a uma *minoría dominante* mas que, pelo acesso e restantes características que o permitam, representa uma *maioría dominada*, grupo este que as aceita como maioritárias procurando expressar-se dentro dos parâmetros que elas estabelecem, de modo a contribuírem para a sua própria integração social. Não constituem na sua essência uma verdadeira maioria mas as suas definições são entendidas como tal por meio do discurso público e legitimador, havendo o perigo de interpretar certas informações e opiniões como sendo representativas da opinião pública. A espiral do silêncio funciona como um mecanismo psicológico que faz as pessoas falarem caso estejam em consonância com as opiniões ditas maioritárias, ao mesmo tempo que as faz optar pelo silêncio se percebem que não há receptividade pública para exporem as suas opiniões que julgam serem minoritárias, isto porque podem existir maiorias silenciosas que, pelo facto de o serem, passam a minorias. (Noelle-Neuman, *cit. in* Sousa 2003, p.156,157).

Outro aspecto importante tem a ver com a efemeridade ou permanência do estatuto de definidor primário. Para Hall (*cit. in* Santos, 1997, p.30), a condição de primeiro definidor destas fontes tem implícito uma certa predominância temporal ou uma atemporalidade, enquanto que Santos (1997, p.30) defende que a legitimidade destas fontes depende do contexto, logo tem inerente um cariz de efemeridade, dado que a perda de poder e representatividade pode significar a perda do estatuto de definidores primários. Efectivamente, “existem possibilidades de mudança na distribuição das capacidades de primeiramente definir” (Schlesinger *cit. in* Manning 2001, p.16) que a atemporalidade defendida por Hall não admite.

As fontes identificadas por Hall (*cit. in* Manning, 2001, p.15) detêm, segundo o autor, grande sucesso na formulação e configuração das agendas noticiosas, pois encontram-se no topo da hierarquia de credibilidade. Por sua vez, os jornalistas incorporam nas notícias as informações fornecidas por essas fontes e, muitas vezes, tomam-nas como ponto de partida para as peças por várias razões. Por vezes trata-se de instituições poderosas e, por isso, suficientemente importantes para aparecerem nas notícias; Frequentemente são fontes que possuem legitimidade que lhes advém do seu carácter de representatividade; em alguns casos este tipo de fontes possui credibilidade não por serem consideradas representativas mas por serem especialistas aparentemente “desinteressadas”⁹ e “objectivas” (Hall, *cit. in* Manning 2001, p.15). Neste modelo, as definições que advém das fontes têm como único ponto de origem o

⁹ A actividade de uma fonte nunca é desinteressada.

centro do poder em direcção aos meios de comunicação, o que leva a concluir que não abre espaço às iniciativas jornalísticas de demanda de informação junto das fontes, ou seja, os meios de comunicação não tomam iniciativa de provocar os primeiros definidores e de os obrigar a responder, como acontece quando há lugar para fugas de informação que suscitem reacções oficiais imprevistas ou quando se produzem acidentes. Este é outro ponto que se constitui como objecto de crítica por parte de Schlesinger (*cit. in* Manning, 2001, p. 16) porquanto considera que o fluxo de influência não circula somente numa direcção, ou seja, do centro do poder para os media, mas diz que os grupos políticos poderosos também sofrem influências das descrições e das agendas estabelecidas dos media, sendo possível contestar e resistir às definições dos mais poderosos bem como exercer um certo poder numa direcção oposta. (Schlesinger diz mesmo que a categorização das fontes em oficial ou não oficial leva a uma redução do estatuto das mesmas, pois afirma que existem fontes que possuem maior poder de pressão económica sobre os meios jornalísticos do que outras.)

Apesar das falhas apontadas, destaca-se o importante contributo de Hall (*cit. in* Santos, 1997, p.30) por considerar que a prática jornalística favorece os interesses das fontes com autoridade, nomeadamente as que pertencem ao interior do aparelho de Estado. Apesar da noção de definidor primário incluir todas as fontes representativas, estas não beneficiam de possibilidades iguais no acesso aos meios de comunicação, recuperando-se aqui a ideia de que, no interior das fontes oficiais, a estrutura de acesso aos meios se encontra enviesada porquanto alguns membros da classe política têm mais facilidade de acesso do que outros. Verifica-se um acesso estruturado que, ultrapassando os limites exógenos da organização hierárquica das fontes, se instala no interior das próprias fontes com poder e autoridade, ou seja, oficiais. Para Schlesinger

“a competição que existe pelo acesso aos meios é baseada em táticas de interesse que estão desigualmente potencializadas pelo posicionamento sócio-cultural das fontes. (...) As fontes caracterizadas como oficiais nem sempre são as mais relevantes ou competentes para serem consultadas sobre determinado acontecimento”. (Ribeiro, 2007)

2.3.2 Distribuição desigual no acesso¹⁰: Fontes de informação e Jornalistas

Fontes de informação e jornalistas mas também o público¹¹ coexistem no interior de um sistema que, por sua vez, está inserido num imenso universo social.

Actores sociais com papéis relevantes na produção das notícias, as fontes de informação não têm todas o mesmo tipo de acesso aos jornalistas e aos meios noticiosos, como é visível a propósito da distinção entre fontes oficiais e não oficiais: neste caso, mais poder é sinónimo de maior credibilidade e autoridade, logo de uma maior facilidade de acesso e publicação dos acontecimentos, enquanto que um estatuto social menos importante e não tão reconhecido obriga a uma luta das fontes pela divulgação dos acontecimentos que pretendem tornar mediáticos. Contudo, a hierarquização no acesso não é apenas unidireccional, pois instala-se também no processo de selecção dos jornalistas e dos meios de comunicação por parte das fontes de informação. Em conformidade, existe uma desigualdade bipolarizada no acesso.

“As fontes não são todas iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas. Do mesmo modo, o acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído” (Santos 1997, p.33).

De acordo com Ericson e tal (1989, p.4,5), as fontes de informação podem conseguir acesso ou cobertura junto das organizações noticiosas. Se obtêm acesso as suas ideias podem ter grande destaque nos textos jornalísticos. Caso acedam apenas sob a forma de cobertura, as fontes vêm somente representados superficialmente os seus contributos ou ocorrências. Diferenças no acesso que, além da natureza da fonte, dependem também do próprio meio de comunicação e do tipo de assuntos que a fonte pretende divulgar.

Fontes e jornalistas procuram-se mutuamente, ambos com objectivos e motivações. Segundo Manuel Pinto (Pinto, 2000) as fontes de informação “procuram todos ou, pelo menos, alguns dos seguintes objectivos:

¹⁰ “Capacidade de poder afirmar as suas opiniões ou divulgar opiniões, através dos media. (...) A limitação do acesso aos media por parte dos cidadão tem, igualmente, repercussões na construção da realidade por parte da informação jornalística, cujos critérios de selecção privilegiam as informações que podem favorecer os elementos com acesso aos media”. (Leão, I. V.P., 2000)

¹¹ Para efeitos deste estudo, e neste assunto, isolam-se as fontes de informação e os jornalistas.

- Visibilidade e atenção dos media;
- Marcação da agenda pública e imposição de certos temas como foco da atenção colectiva;
- Prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios;
- Neutralização de interesses de concorrentes ou adversários;
- A criação de uma imagem pública positiva”

Quanto aos jornalistas, o mesmo autor refere que, quando recorrem às fontes, estes esperam:

- Obter informações inéditas;
- Contrastar informações numa busca de alguma confirmação ou desmentido relativamente a dados de outras fontes;
- Esclarecer dúvidas que possam que sejam relativas a assuntos que estejam a tratar;
- Conseguir lançar ideias e debates;
- Ver caracterizadas como credíveis e legítimas as informações que recolhe directamente. Por vezes o jornalista recorre a fontes especializadas ou peritos para conseguir um elevado nível de credibilidade da informação que divulga e publica.

Dado que as fontes de informação não têm interesse por todos os jornalistas, estas estabelecem distinções entre eles. Têm em consideração o estatuto das organizações noticiosas e dos jornalistas, ou seja, o valor que possuem e que depende da organização noticiosa a que pertencem, da localização geográfica, da área de especialização, do tempo de permanência, e ainda do posicionamento hierárquico na profissão. Assim, pode dizer-se que as fontes de informação escolhem selectivamente os jornalistas, pelo que, as que o podem fazer, oferecem, segundo Hess, (*cit. in Santos 2006, p.92*) dados aos jornalistas dos meios de comunicação mais importantes, não se verificando o mesmo perante organizações noticiosas com menor relevância.

Por sua vez, as fontes de informação são valorizadas pelo jornalista se respondem às suas solicitações de forma rápida, eficaz e responsável. Fornecer informações adequadas, facilitar o acesso dos jornalistas a fontes autorizadas e responder de forma a respeitar a liberdade de imprensa e de independência do jornalista são atitudes que, sendo uma realidade, permitem às fontes ganhar a sua confiança e, por isso, serem aceites. O gosto pelo jogo revela-se outro dos aspectos que os jornalistas mais apreciam nas fontes, nomeadamente ao nível da capacidade destas em distinguir os meios noticiosos e as diferentes necessidades informativas dos mesmos, bem como o valor do exclusivo ou das fugas de informação. A propósito, Sousa (2001), refere que os jornalistas tendem a escolher as fontes “em função da sua conveniência, aferida, não só em termos de fiabilidade e respeitabilidade mas também em termos de capacidade de produção de informação”. Segundo Gans (*cit. in* Sousa, 2001) também constituem o grupo das mais seleccionadas as fontes que são capazes de antecipar informações aos jornalistas.

Já se sabe que quando se trata de fontes oficiais os jornalistas têm interesse na cobertura dos assuntos ou declarações, actuando mesmo com uma certa insistência. O êxito deste tipo de fontes no acesso aos jornalistas e meios de comunicação está directamente relacionado com o desempenho dos seus recursos financeiros, institucionais e culturais, que por sua vez lhes conferem credibilidade, autonomia e voz autorizada, conforme referem Schlesinger e Tumber (*cit. in* Santos 2006, p.85). O acesso regular destes agentes sociais aos meios noticiosos prognostica mas também assegura o seu poder. Segundo Gans (*cit. in* Sousa 2001), existem vários factores que influenciam a “dominância de determinadas fontes sobre as outras, como o poder das fontes, a sua credibilidade e a sua proximidade face aos jornalistas”.

As diferenças de acesso transversais aos vários tipos de fontes levam a atitudes também elas díspares nomeadamente quando se trata de formatar e aceder à agenda dos meios. As fontes de informação oficiais desenvolvem acções¹² que passam pela criação de acontecimentos, comunicados, conferências de imprensa, entre outras, divulgando sempre informações positivas em nome individual ou a favor da organização a que pertencem, comportamento que visa promover novos enquadramentos para as ocorrências ou acontecimentos bem como actualizar outros.

“Se uma fonte não oficial realiza um acontecimento, segundo as normas usadas pelas fontes poderosas e oficiais, tem poucas probabilidades de êxito junto dos meios de comunicação”. (Santos 2006, p.90)

¹² Estas acções são denominadas de rotinas produtivas pelos estudiosos do jornalismo.

As fontes não oficiais têm que se esforçar de forma a conseguir uma cobertura noticiosa dos seus actos. Com preocupações acrescidas nessa matéria, estes actores aproveitam frequentemente fugas de informação¹³, deslizes e contradições entre fontes oficiais concorrentes. Por vezes, a vedetização de uma personalidade da organização pode contribuir para lhe dar maior visibilidade conduzindo-a aos jornalistas. Com uma cobertura muitas vezes insuficiente e com acesso não garantido ao campo de notícia, estes agentes sociais operam uma pressão contínua sob a comunicação social, na tentativa de contornar essa realidade.

“A concentração numa personalidade, a sua maior visibilidade ou vedetização, traduz, quer um acesso mais fácil aos jornalistas, quer uma maior identificação junto das audiências”, pois, “numa notícia, parece reduzir-se uma organização ou movimento à personalidade do seu líder ou porta-voz, o que diz mais respeito ao acontecimento que a uma problemática, ao conflito mais que à busca do consenso, ao facto que está na origem da história mas não a explica” (Santos 2006, p.88,89).

Assim, a fonte promotora – neste caso não oficial – consegue o seu objectivo, ou seja, obter um maior reconhecimento bem como uma certa manutenção no agendamento, ou um agendamento contínuo, das suas actividades e ideias.

“A fonte procura aceder aos meios jornalísticos através de tácticas destinadas a garantir a sua notoriedade e reconhecimento perante os jornalistas, como a continuidade nos contactos e o desenvolvimento de rotinas produtivas” (Santos, *cit. in* Sousa 2001).

Pelas acções¹⁴ que desenvolvem para conseguirem a atenção dos meios noticiosos e na manutenção desse acesso, as fontes adoptam comportamentos diversificados. Pretendem que os contactos sejam contínuos e permanentes para que a sua eficácia esteja garantida. “O contacto regular permite o estabelecimento de uma confiança e compreensão mútua”. (Santos 1997, p.87). Com efeito, segundo o autor, a relação entre fontes e jornalistas assume níveis de actuação, podendo ser:

¹³ “Processo que permite a divulgação mediática de uma notícia contendo dados informativos que eram sigilosos, ou que não se destinam a essa divulgação”. (Leão, I.V.P., 2000).

¹⁴ No desempenho das rotinas produtivas as tarefas das fontes são, num nível global e semelhante às de um meio de comunicação, “procurar informação, seleccionar e enquadrar, produzir e promover eventos” (Traquina et. al, 2001).

1. Assertiva ou proactiva e que Hess (*cit. in* Santos 1997, p.87) define como a preparação de material para os órgãos de comunicação e o apoio de acontecimentos.
2. Reactiva, ou seja, consiste na tarefa de responder aos jornalistas;
3. Um último nível de actuação identificado refere-se à organização interna, isto é, às actividades administrativas da própria organização.

As fontes desenvolvem estratégias para comunicar com os jornalistas. Quando adoptam um comportamento reactivo, a sua intenção primeira é “antecipar dados, preparar elementos que despertem a atenção dos jornalistas, criar impacto e salientar diferenças face a outras instituições” (Santos, 1997, p.111). Por isso, preocupam-se em ter sempre matéria para fornecer aos jornalistas, pelo que os seus objectivos passam por criar constantemente informação nova e mantê-la a circular nos meios noticiosos.

Para que tais tarefas sejam eficazes, estes agentes noticiosos fornecedores de informação recorrem frequentemente a técnicas como a persuasão, procurando sempre criar ou manter o prestígio e reputação das organizações a que pertencem.

“As fontes de informação preparam as peças de acordo com uma estratégia de conquista do mundo. Retórica e uso de meios argumentativos, a que se alia a busca da imagem de referência e do consenso, do progresso e do desenvolvimento, conjugadas com um esforço de repetição, procuram produzir um jogo de sedução” (Santos 1997, p.111).

A fonte procura divulgar todos os acontecimentos a ela favoráveis, isto é, apenas pretende tornar públicos os seus dias “luminosos”, conforme designação de Santos. Assim, a fonte chama a atenção dos jornalistas em ocasiões de festa ou de actividades positivas, com impacto que se espera também ele positivo sobre os meios e as audiências. Por outro lado, em dias “cinzentos”, ou seja, em que as informações não são favoráveis à boa imagem da organização ou instituição, as fontes desenvolvem um comportamento reactivo com estratégias específicas que aplicam nos casos de crise ou acidente. É frequente, nestas situações, que as fontes informativas optem pelo silêncio ou por uma divulgação parcial da informação. Assiste-se a uma tentativa de controlo da notícia em termos do que deve ser revelado e o que deve permanecer em segredo.

“As preocupações reactivas, de defesa e minimização dos efeitos, podem dar origem a atitudes de ataque, proactivas, aproveitando aspectos positivos subavaliados e deixando de dar relevo aos dados mais escandalosos ou de desprestígio para a organização” (Santos, 1997, p.113).

Na troca de informação que se estabelece entre Jornalista e fonte informativa há lugar, muitas vezes, para fugas de informação, nomeadamente ao nível político. Segundo Hess (*cit. in* Santos, 1997, p.94) as fugas de informação são mais utilizadas por políticos, pelo que se tornam, como refere Mesquita (*cit. in* Santos, 1997, p.94) instrumentos do governo ou da oposição e que são preferidas ou preteridas, isto é, estimuladas ou reprimidas, conforme os interesses imediatos das partes envolvidas.

“A troca de informação entre o governo e os media é conduzida de forma equilibrada, aceitando-se o que é dito com cuidado e conhecimento, mas também de modo a permitir balões de ensaio, destinados a preparar determinadas situações” (Traquina et. al, 2001, p.104).

As fugas de informação podem dar origem a “balões de ensaio” e a certas formas de manipulação, através da agenda, do acesso, das palavras, da imagem visual, o que Maltese (*cit. in* Santos 2006, p.90) denomina por “tecer o controlo”. Por seu turno, Hess (*cit. in* Santos, 1997, p.94) afirma não haver manipulação noticiosa pois, por vezes, as fontes – nestes casos são normalmente porta-vozes – não têm conhecimento das informação na sua totalidade, pelo que este desconhecimento da fonte não lhe permite mentir, dado que revela apenas e somente aquilo que sabe.

Consideradas aberturas não autorizadas, as fugas de informação são sempre intencionais, podendo também ser anónimas, e utilizadas de forma a testar reacções do público e de grupos concorrentes entre si por exemplo a medidas políticas. Elas “visam atingir, destruindo ou promovendo, uma orientação, personalidade ou departamento” (Mesquita, *cit. in* Santos 1997, p.94). No entanto, esta estratégia revela-se menos utilizada nas fontes que divulgam informação pelos canais formais do que pelas que recorrem aos canais informais. Para Hess (*cit. in* Santos, 1997, p.95), as fugas de informação podem servir as intenções de “amadores” que segredam algum erro de gestão interna; dos que se opõem a medidas tomadas e que procuram uma reacção pública; e a dos que põem em causa a segurança de uma instituição. “Nas fugas de informação há, assim, uma intencionalidade objectiva de atingir alvos políticos, económicos ou sociais” (Traquina et. al, p.107).

Santos apresenta uma distinção entre *fugas organizadas e preparadas* e *fugas fugas*.

“ (...) no meio político, há sempre o risco de fugas. (...) A informação a dar tem de estar previamente enquadrada. Assim, uma fuga preparada resulta bem. Já as *fugas fugas* dão mau resultado. Estas fugas saem de dentro, quando há rivalidades entre pessoas...ou quando o líder da instituição recebe pessoas de fora e abre demais a boca”. (Santos, 1997, p.95).

“Apesar do objectivo fundamental da fonte residir na antecipação e no controlo da orientação dos acontecimentos¹⁵, o principal papel das fontes é reactivo, sujeito aos pedidos de agenda das empresas jornalísticas, e levando em linha de conta os critérios de noticiabilidade”. (Traquina et. al, 2001).

2.4 A noticiabilidade como negociação entre fontes e jornalistas

Para acederem aos meios noticiosos, com ou sem esforço, as fontes de informação têm, impreterivelmente, que ter em atenção os critérios de noticiabilidade dos jornalistas.

“Qualquer fonte sabe que um acontecimento por si criado tem de promover aspectos de novidade, dramatismo ou sensacionalismo capazes de encontrar eco nas organizações noticiosas” (Traquina et. al., 2001, p:98).

Assim, qualquer que seja a natureza da fonte, os jornalistas valorizam as informações às quais reconhecem noticiabilidade, recorrendo para o efeito a determinados valores-notícia. Com efeito, os acontecimentos a inserir nas notícias são seleccionados tendo em conta a simplificação, a dramatização, a personalização, os temas, a consonância e o inesperado (Ericson 1987 *cit. in* Santos, 2006, p.61). Valores como a frequência, a amplitude ou limiar, a clareza ou ausência de ambiguidade, a significação, previsibilidade ou inesperado, e a negatividade são destacados por Galtung e Ruge (1993 *cit. in* Santos 2006, p.61) como factores que, veiculados pelas fontes, garantem o interesse dos jornalistas por determinado assunto e o elevam à condição de notícia.

¹⁵ Este é um comportamento proactivo segundo Ericson 1989 in Santos, 1997, p. 85

As notícias mais frequentes têm como referentes acontecimentos previamente programados e, por isso, imagináveis, pelo que esta previsibilidade aparece como o critério mais valorizado pelos jornalistas e meios de comunicação, e cujas razões já foram aqui expostas. No entanto, acontecimentos inesperados são também valorizados, ocupando o discurso dos órgãos de informação. Apesar de se considerar que os valores notícia contribuem para uma certa repetição de rotinas ou procedimentos, certo é que os comportamentos desviantes marcam a agenda dos meios de comunicação. De facto, a noticiabilidade pode advir também da dissensão, ou seja, de atitudes marginais, em relação ao lado oficial da realidade, e facilmente relacionadas com valores negativos. Importa referir que, enquanto nos acontecimentos de rotina o jornalista selecciona as fontes de acordo com previsibilidade e credibilidade que possuem, no caso de ocorrências inesperadas não há qualquer relação directa destas com as fontes informativas, já que se trata de um acontecimento não programado e, por si só, de forte impacto.

Fontes de informação tentam adaptar as suas estratégias de acesso em consonância com os critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas que, por sua vez, desempenham, assim, o papel de *gatekeepers*¹⁶, ou de selecção do que é ou não noticiável.

Segundo Santos (2006, p.62), o *Diário de Notícias* atribui noticiabilidade aos acontecimentos tendo em conta valores como o interesse humano, a proximidade, a ruptura e o inesperado, a dramatização, já que as suas notícias se revestem de forte impacto, incluindo também a previsibilidade e a clareza nesses parâmetros.

A este nível de selecção de acontecimentos, é importante considerar-se qual o espaço ocupado por determinada notícia nas páginas dos jornais ou no alinhamento noticioso de cada meio de comunicação. Atentando no caso dos jornais, são elementos como a página de destino, o espaço ocupado, o título e o tratamento dado ao assunto bem como os aspectos que são destacados que mostram a importância dada ao tema, isto é, a sua noticiabilidade (Traquina et. al., 2001).

A noticiabilidade, elemento que, por força de valores-notícia, determina e delimita as agendas noticiosas dos meios, é considerada por Mário Wolf como um processo de negociação entre fonte e jornalista. O carácter negociado da obtenção da noticiabilidade deve-se, segundo o autor, à desigualdade com que se apresentam continua e sistematicamente os diversos valores

¹⁶ Conceito proposto por David Manning White para explicar a selecção de notícias e o papel de “porteiro” ou *gatekeeper* do jornalista, sendo essa uma tarefa bastante subjectiva.

que são considerados em cada situação de atribuição de importância. Wolf destaca o valor individual dos acontecimentos, a partir das experiências organizativas dos meios de comunicação, e o facto dos valores-notícia se organizarem de forma hierárquica e em constante mutação. Por outro lado, entre jornalista e fonte existem divergências e convergências que devem transitar para um modo de actuação em uníssono, nomeadamente no que respeita à “autonomia do jornalista ou as relações de reciprocidade existentes entre certo tipo de fontes e os jornalistas especializados” (Ericson e al. *cit. in* Santos, 1997, p.38). Do processo negociado da noticiabilidade resulta a convicção de que as vantagens para as diferentes partes envolvidas são distribuídas equitativamente.

3. Uma relação entre o negócio e a luta

Para além do processo de atribuição de noticiabilidade, na construção noticiosa a relação entre fonte e jornalista assume também um carácter negocial. Estes desenvolvem, no campo de notícia, relações de conflito mas também de cooperação.

Agentes sociais com interesses específicos, as fontes procuram enquadrar as informações de acordo com os seus objectivos enquanto os jornalistas pretendem adaptar as informações aos parâmetros ou limites do noticiável das organizações a que pertencem. Dado que cada uma das partes se interessa por divulgar a sua posição sobre o acontecimento noticiado, os significados ou enquadramentos que lhes são atribuídos são permanentemente negociados por estes actores sociais e, assim sendo, a notícia constitui-se como construção social da realidade, como mencionado anteriormente. “O que marca a produção das notícias é o significado atribuído aos acontecimentos, pelo que há um conflito permanente entre sentidos preferidos e representados nas notícias” (Ericson et. al *cit. in* Santos, 2003, p.37), com a negociação dos significados a ocorrer entre membros de uma determinada fonte; entre membros de diferentes fontes; entre repórteres e editores de uma dada organização noticiosa; entre repórteres e editores de uma organização noticiosa, e entre estas e as fontes (Ericson 1989, p.24). Tal acontece também quando a relação destes agentes se baseia numa cooperação mútua. É o caso de fontes especialistas que, muitas vezes, ajudam o jornalista a entender acontecimentos e decodificar linguagens técnicas específicas de determinada área, sendo que se tornam bastante procuradas e utilizadas ou mencionadas.

Deste modo, à relação entre fonte e jornalista pode aplicar-se a ideia de jogo, como refere Santos. Tal implica que também aqui existam regras definidoras, que indicam o modo de jogar e regras estratégicas que fornecem um modo de melhor ou pior desempenho. Aplicando a ideia de jogo à interacção social, identificam-se o rigor na informação, rapidez e prestação

de informação, enquadramentos adequados dos acontecimentos e uma certa colaboração ou desconfiança mútua como as regras definidoras usadas na relação entre fonte e jornalista. Por outro lado, a constante necessidade de publicitar um acontecimento por parte da fonte, e a necessidade do jornalista na obtenção de informações novas constituem as regras estratégicas a este nível relacional.

A ideia de jogo ajuda a caracterizar e a demonstrar os moldes em que se processa a relação entre estes agentes noticiosos. Com efeito, esta relação, semelhante a um jogo, implica a existência simultânea de vários intervenientes que averigam o poder e a influência dos restantes de forma a melhor jogarem. Durante o jogo, as partes disputam os recursos disponíveis, o que leva à existência de uma luta e negociação, o que acontece em relação aos assuntos mais importantes.

“Assim, a luta ou troca de informação regista-se, não entre um jornalista e uma fonte de informação, mas numa multiplicidade de agentes sociais, que incluem jornalistas, meios noticiosos, fontes de informação e a sociedade no seu todo (...)” (Santos 2006, p.33).

O carácter negocial ou de luta que se verifica pressupõe, por sua vez, a existência de momentos de tensão ou conflito, onde existem forças polarizadas que dominam os temas e “ajustam a luta à interpretação noticiosa do mundo (político) como série contínua de oposições, com vencedores e vencidos” (Newman et. al *cit. in* Santos, 2006, p.34). No entanto, dado que estas considerações poderiam reduzir a notícia a uma visão simplista e a uma distorção da realidade, identificam-se não apenas dois lados mas várias partes envolvidas no conflito. Cohen et. al (*cit. in* Santos, 2006, p.34) chamam à atenção para os antagonistas, os mediadores que facilitam a interacção, árbitros com propostas para resolver o conflito, intermediários que fazem circular as mensagens entre os antagonistas, e a parte interessada que procura afastar-se do conflito. Todas estas funções conformam o campo de notícia, um espaço onde convergem mútuas influências. “Cada participante ou actor possui um grupo de possibilidades de intervenção – estratégias, com convergências, divergências, cooperação e competição, coligações e vantagens na participação” (Santos, p.182), com o jornalista a representar o papel de árbitro, excepto nos casos em que se assume como parte interessada.

“A luta e a conflitualidade acabam por conduzir à negociação. Esta significa ajustar, comprar ou vender e promover acções entre duas partes, perceber regras, actuar em conformidade com elas e jogar um número

indeterminado de lances. Na notícia (...) espelha-se esta dança de lances de jogo e negociação” (Santos 2006, p.34).

A relação entre fontes e jornalistas pode estabelecer-se numa linha de suspeita mas também “é uma relação mediada por uma condição essencial: a confiança” (Marinho, 2000). Condição que evolui ao longo do relacionamento, a confiança é entendida como um conceito multidimensional e percebido de forma diferente pelos vários agentes. Segundo Marinho (2000), a confiança pode ser gerada, cultivada, mantida e reforçada, mas também quebrada e, quando tal sucede, dificilmente é revitalizada. Para a autora, “a confiança pode definir-se como a segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou acontecimentos (...)” (Giddens, *cit. in* Marinho, 2000).

Desta forma, tal sugere a existência de um sistema definido e controlado por jornalistas e fontes. Cada um é representante de determinado sistema, por exemplo um jornal, e que o outro não conhece. Assim, a relação ou jogo que se estabelece pode ser vista, segundo a autora, como o ponto de encontro desses sistemas, sendo a sua credibilidade e fidedignidade dependentes do comportamento e da credibilidade dos agentes sociais aqui envolvidos.

“Trata-se, no fundo, de confiar naquilo que não se vê: os jornalistas não conhecem totalmente a vida das fontes nos seus espaços e organizações; as fontes não têm acesso ao processo de produção de notícia” (Marinho, 2000),

facto que envolve a existência de riscos e acontecimentos contingentes para fontes e jornalistas.

O processo de negociação estende-se ao controlo das actividades, dos agentes sociais cuja finalidade é a produção das notícias, nomeadamente no que respeita à linha ténue que separa o público do privado, ou seja, as fontes protegem as organizações a que pertencem contra a busca jornalística das fugas e do desvio. Deste modo, as fontes criam o que Ericson denomina por grelha de regiões, constituída por vectores como o secreto, a confidência, a censura e a publicitação.

Efectivamente, o secreto refere-se ao fechamento da região da retaguarda, o mesmo é dizer que as instituições pretendem manter secreto o desenvolvimento de produtos e as fontes de

investimento. Já a confiança consiste na abertura da região da retaguarda, produzindo-se informação para audiências seleccionadas, na forma de exclusivo ou fugas de informação. A censura representa o fechamento da região da frente, pelo que as fontes permitem o acesso aos jornalistas, mesmo quando a situação não é a melhor. A publicação do material fornecido pela fonte é um indicador da abertura da região da frente.

“A fonte tem momentos de aparição, mas escolhe, muitas vezes, o seu apagamento. Encara-se a relação entre fonte de informação e jornalista como luta entre vida privada e vida pública, dando lugar a comportamentos de mundaneidade mas também de intimidade” (Santos, 1997, p.171).

Esta interacção que se estabelece entre fontes e jornalistas não pressupõe que ambos formem um todo unificado, mas mantêm a sua identidade, objectivos e distanciação. No entanto, cria-se uma cultura partilhada, aberta à interpretação e disputa do conflito, já que estes actores sociais, embora adaptáveis, são dependentes.

“A fonte política necessita do acesso aos meios noticiosos para transmitir mensagens, pelo que se adapta aos géneros noticiosos. Do mesmo modo, o jornalista desempenha plenamente a actividade de examinador político apenas com acesso ao político, na recolha de informação, notícias, entrevistas, respeito pelos embargos, anonimato das fontes e confidencialidade no off-the-record”. (Santos, 2003, p.26).

Por tudo isto,

“a notícia é apresentada como produto das transacções entre jornalistas e fontes, como permanente enjeu: uma convergência social e discursiva, mas também a independência de acções de cada uma das partes envolvidas, em que os autores documentam os processos de negociação e luta entre fontes e jornalistas” (Ericson 1989, p.5).

3.1 Quando as fontes preferem o anonimato: o jornalista, a sua consciência e a lei.

Na relação que estabelecem com os jornalistas no âmbito da produção noticiosa, as fontes de informação, qualquer que seja a sua natureza – oficiais, regulares, ocasionais ou acidentais¹⁷, podem optar pelo anonimato, isto é, podem pretender ocultar a sua identidade.

Em conformidade, para além das *fontes próprias* – conjunto de jornalistas ligados à organização noticiosa, das *fontes institucionais* ligadas ao poder e das *fontes espontâneas* – membros da sociedade que entram em conflito com as instituições do poder, López (*cit. in* Santos, 1997, p.79) identifica *fontes confidenciais*, isto é, ligadas ao poder mas em colisão com o mesmo, e *fontes anónimas* – constituídas por pessoas que divulgam informações importantes e noticiáveis mas que recusam identificar-se.

A este nível, é visível a importância das fontes atendendo ao facto do relacionamento entre estas e os jornalistas estar protegido por lei, pelo que o jornalista apenas revela a fonte quando entende que o deve fazer, respeitando, assim, o princípio da inviolabilidade.

No entanto, para aceitar o anonimato ou a não identificação de determinada fonte, o jornalista necessita que a interacção que se estabelece entre ambos seja baseada em níveis consideráveis de confiança, já que a actividade de uma fonte nunca é desinteressada. Tais níveis são mais elevados tanto quanto mais alta é a posição da fonte. Facto que não deve ser negligenciado perante a utilização de fontes anónimas é a verificação e contrastação das informações perante outras fontes, o que constitui uma segurança para o jornalista dado que a responsabilidade das informações publicadas é somente sua, pelo que à fonte não podem ser imputadas responsabilidades caso o que divulga seja falso.

Regra geral, as informações que as fontes revelam devem ser remetidas para a sua origem, isto é, as fontes usadas pelo jornalista devem ser identificadas, como refere o art.º 6 do código deontológico dos jornalistas. A uma ou várias informações devem corresponder as fontes que as tenham proferido, facto que não deve deixar dúvidas ao público “sobre quem disse o quê, quem viu o quê, quem ouviu o quê, quem observou o quê ou quem escreveu o quê” (Sousa, 2001). Por outro lado, ao público deve também ser bem perceptível a distinção entre informações provenientes dos jornalistas e os dados divulgados pelas fontes de informação.

¹⁷ Rogério Santos categoriza as fontes nestes níveis distintos a partir de testemunhos de profissionais da área que não identifica. (Santos, 1997, p.79).

“O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes (...) As opiniões devem ser sempre atribuídas” (art.º do 6 Código Deontológico dos Jornalistas de 4 de Maio de 1993)

No entanto, há excepções ao disposto. Perante uma fonte anónima, o jornalista não deve revelar a identidade da mesma, devendo fazê-lo apenas se esta tentar divulgar informações falsas, facto consignado no mesmo código.

“ (...) O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas (...)”. (art.º 6 do Código Deontológico dos Jornalistas de 4 de Maio de 1993)

Manuel Pinto (2000) diferencia, quanto à identificação, fontes assumidas ou explicitadas e fontes anónimas ou confidenciais. Segundo Sousa (2001) a identificação das fontes varia de acordo com o compromisso do jornalista com a fonte. Assim, o autor distingue os vários níveis de identificação propostos por Mencher (*cit. in* Sousa 2001):

- Quando existe atribuição directa das informações às fontes que as proferem bem como a respectiva publicação, assiste-se a uma identificação da fonte *on-the-record*, sendo que a fonte não pede confidencialidade.
- Existem casos em que as informações dadas por determinada fonte são publicadas mas a fonte não é totalmente identificada, apenas sendo referenciadas alguns dados sobre a posição que ocupa ou “os meios em que se movimenta”. A este nível, a identificação assume o carácter de *on background*, isto é, de atribuição com reserva.
- A atribuição com reserva total ou *on deep background* verifica-se quando as informações da fonte são publicadas mas a fonte não é identificada, não se referindo sequer a sua posição. As informações das fontes podem ser citadas “sem identificar qualquer fonte, directa ou indirectamente” (Sousa, 2001)
- Há situações em que a confidência é total, pelo que a fonte fornece a informação ao jornalista em *off-the-record*. Quando tal se verifica, a fonte não pode ser identificada e as informações não podem ser divulgadas. No entanto, após terem sido confirmadas

pelas restantes categorias de fontes aqui retratadas, as informações podem ser divulgadas.

Numa posição contrária, Ricardo Pinto refere que “o *off-the-record* é toda a informação que o jornalista pode usar mas sem mencionar a fonte” (Pinto *cit. in* Sousa, 2001). Em conformidade, acrescenta que as informações *on background* e *on deep background* podem auxiliar o jornalista mas este não as pode publicar. O autor citado por Sousa exemplifica a sua posição ao referir-se ao caso “Watergate” no momento em que a fonte “garganta funda”, de forma a garantir o seu anonimato bem como a não utilização das suas informações, diz aos jornalistas que dava “determinada informação *on deep background*” (Sousa, 2001).

“O *off-the-record* é de evitar, mas deve ser respeitado até que a fonte autorize a divulgação da sua identidade ou até que o jornalista saiba mais da mesma informação junto de outra fonte” (Sousa, 2001).

Para Mencher (*cit. in* Sousa, 2001) as informações devem ser frequentemente atribuídas às fontes pois, assim, o discurso jornalístico ganha credibilidade. Deve ter-se em especial atenção a identificação das fontes quando são divulgados diversos e divergentes pontos de vista sobre os factos ou acontecimentos. Tal deve ainda ocorrer quando o jornalista não tem a certeza da exactidão dos factos, embora a actividade jornalística requeira um trabalho prévio de apuramento e verificação das informações.

Deste modo, a actividade jornalística deve pautar-se impreterivelmente pela identificação das suas fontes, não procedendo os jornalistas dessa forma quando a fonte, não querendo ser associada a determinados factos ou informações, requer o anonimato.

“ (...) Uma fonte pode solicitar o anonimato – quando – pretendendo facultar ao jornalista informações de comprovado interesse público – não queira ser identificada por receio de vir a sofrer, ela mesma ou os seus próximos, futuras represálias pessoais ou profissionais” (Freitas, 2006, p.25)

Deparando-se com tal situação, o jornalista tem direito ao sigilo profissional, isto é, a não revelar a identidade da fonte, o que se encontra vinculado no art.º 6 do Estatuto do Jornalista. No entanto, este direito converte-se num dever ético dos jornalistas de protegerem a confidencialidade das suas fontes, isto ao nível do disposto no código deontológico dos jornalistas no art.º 6. Assim, o dever do jornalista de assegurar a confidencialidade das fontes

de informação pode ser considerado, também, como o direito deste ao segredo profissional, “garantia fundamental para a adequada prossecução do direito à informação (...)” (Fidalgo, 2000).

Para além do exposto no código deontológico da classe jornalística que diz que os jornalistas podem revelar as suas fontes apenas quando forem usados para transmitir informações falsas, existem outras excepções ao dever e direito de sigilo profissional. Também consignado no art.º 22 alínea c) da Lei de Imprensa, o direito dos jornalistas ao sigilo profissional é limitado pela jurisdição do país. Assim, o art.º 11º do Estatuto do Jornalista já remete para esse facto, na medida em que se lê “*Sem prejuízo do disposto na lei processual penal, os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, directa ou indirecta*”. Ora no art.º 135º, nº1, do Código de Processo penal, está patente que os jornalistas se podem escusar a prestar depoimento sobre os factos abrangidos pelo sigilo profissional. Mas, ao abrigo do nº2 do mesmo artigo e do mesmo código, a autoridade judiciária pode obrigar o profissional a depor sobre os factos caso entenda que não há fundamento legítimo para a escusa do jornalista. Mas, ao contrário do que seria desejável, não estão enunciadas na lei as circunstâncias em que o jornalista poderá ser obrigado a revelar em tribunal as suas fontes confidenciais, posição adoptada por Luís Felgueiras, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (Freitas, 2006, p.34).

Mais do que uma regulação ética e moral, esta é uma regulação de ordem jurídica. Está patente na Constituição da República Portuguesa no art.º 38º, nº2 alínea b), que consigna que “*O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais (...)*”. Por isso, de acordo com Jorge Reis Novais (*cit. in* Freitas 2006, p.27), o sigilo “é um bem jusfundamentalmente protegido”, sendo que possui uma “natureza materialmente constitucional” de acordo com Jónatas Machado (*cit. in* Freitas, 2006, p.27).

De Acordo com Helena de Sousa Freitas,

“É preciso não esquecer que o direito ao sigilo jornalístico existe com vista à realização de um outro direito: o do público a ser informado, a conhecer a verdade” (Freitas, 2006, p.27). “O direito à confidencialidade das fontes de informação dos jornalistas facilita significativamente uma melhor e mais completa informação dos cidadãos (...)” (Resolução sobre a

Confidencialidade das Fontes de Informação dos Jornalistas *cit. in* Freitas, 2006, p. 28).

Desta forma, depreende-se, a este nível, a importância do Código Deontológico dos Jornalistas, pois no art.º 2, nº2, alínea g) da Lei de Imprensa está inscrito que “O direito dos cidadãos a serem informados é garantido, nomeadamente, através do respeito pelas normas deontológicas no exercício da actividade jornalística”. Apesar deste Código não ter força de lei como refere Helena Sousa Freitas, importa indicar que as normas nele patentes se encontram entre a Moral e o Direito, já que, segundo Sara Pina

“a imperatividade social de tais valores éticos dificilmente se conforma com o tipo de normatividade característico das normas meramente morais. Daí que a deontologia tenda, mesmo sem (ou antes de) transvazar para o domínio do estritamente jurídico, a precocemente assumir formas de juridicidade que fazem dos respectivos dispositivos normais morais atípicas, ou seja, normas que, sem perderem a sua natureza essencialmente moral, tendem no entanto, em maior ou menos grau, para a efectividade própria do Direito”. (Pina, 1997, p.23).

Perante um dever e direito éticos relativamente ao sigilo profissional, o jornalista pode ser coagido a revelar, ao abrigo de leis e normas jurídicas, a identidade das fontes, tendo, para isso, que quebrar o compromisso de confidencialidade que com elas assumiu. Eis o dilema: respeitar a lei incorrendo no incumprimento do Código Deontológico pelo qual o jornalista e restante grupo profissional se regem, ou manter o dever e direito de proteger a sua fonte desrespeitando a lei penal?

“Nunca o sigilo profissional, a protecção das fontes, podem ser ultrapassados. A não ser por decisão voluntária do jornalista. E mesmo neste caso deve o jornalista ponderar que – para além daquilo que a consciência lhe dita perante a situação concreta em que está envolvido – qualquer quebra do sigilo profissional acarreta sempre uma diminuição da credibilidade de toda a imprensa em face das garantias que deve oferecer às fontes de informação” (Wemans, J. *cit. in* Freitas, 2006, p.51).

Joaquim Fidalgo atenta noutra questão quando se fala de excepções à regra da confidencialidade das fontes. O provedor do leitor do jornal “Público” refere que “o jornalista não pode nem deve, em circunstância alguma, transferir para terceiros a sua indeclinável

responsabilidade pela informação que publica” (Fidalgo, 2000). De facto, é o jornalista o responsável pela informação que difunde bem como pela escolha das suas fontes. Aceitando o anonimato de determinada fonte, o jornalista deve confirmar os dados junto de outras fontes, averiguando a veracidade e fiabilidade das informações que recebe, prevenindo-se contra uma possível tentativa de manipulação por parte da fonte para servir os seus interesses. Caso se decida pela publicação dos dados, então é ao jornalista que cabe assumir as consequências e não à fonte.

Partilhando da mesma opinião, Óscar Mascarenhas, do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, afirma que, no “caso de fonte confidencial, é o jornalista o escudo da fonte, não a fonte o escudo do jornalista” (Mascarenhas, 2002). O mesmo é dizer que é o jornalista que protege a fonte anónima, sendo da sua competência provar o que publica. “Portanto, como regra, os jornalistas estão à mercê das fontes confidenciais? Exactamente. Essa é, pelo menos, uma atitude saudável e segura para encarar a noção de fonte confidencial” (Mascarenhas, 2002).

Pelo exposto, é importante referir que, perante a negociação do jornalista com a fonte relativamente à sua opção pelo anonimato, este deve ter algumas precauções. De acordo com Óscar Mascarenhas, os jornalistas devem deixar para a fonte a preferência pela não revelação da sua identidade, já que a actividade jornalística deve sustentar-se, normalmente, na identificação das fontes. Por outro lado, para solicitar confidencialidade, a fonte deve ter razões pessoais, profissionais, de estatuto ou de segurança. Ainda, a fonte deve provar ao jornalista aquilo que afirma, fornecendo-lhe indícios e provas para que o jornalista possa garantir e ter certeza da verdade do que publica. Na opção pelo anonimato, “a fonte não pode tentar transformar o jornalista em cúmplice ou encobridor de crime futuro¹⁸” (Mascarenhas, 2002).

“Revelar, mesmo em juízo, a identidade, seria mais do que uma deslealdade do jornalista. Seria uma deslealdade do sistema que, além de transformar o jornalista em espião, institucionalizaria a auto-incriminação – e nenhuma sociedade decente fomenta e muito menos impõe a auto-incriminação” (Mascarenhas, 2002).

¹⁸ No que se refere a um crime passado, o jornalista tem que manter segredo, pois apenas soube dos factos porque acordou com a fonte o seu anonimato, devendo e tendo direito a cumprir sigilo.

Em consonância, para Joaquim Fidalgo tal assume-se como uma questão que transborda a relação entre duas pessoas, pois, como afirma,

“o princípio da protecção das fontes, e portanto da garantia de confidencialidade, é, como lembra o Código de Ética dos jornalistas noruegueses, um princípio básico numa sociedade livre e um pré-requisito para a capacidade da imprensa assumir os seus deveres face à sociedade e assegurar o acesso à informação” (Fidalgo, 2000).

II. O uso de fontes de informação na tragédia de Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

1. Metodologia

De forma a ir ao encontro do estudo apresentado sobre as fontes de informação, esta pesquisa tem por objectivo a análise das notícias relacionadas com um acontecimento inesperado: a queda da Ponte Hintze Ribeiro em Entre-os Rios, a 4 de Março de 2001. A análise engloba as notícias presentes desde 5 de Março de 2001 a 25 de Março do mesmo ano. É dado destaque a cada uma das semanas em particular, sendo que todos os parâmetros de análise propostos são estudados tendo em conta a sua evolução nas notícias ao longo desse espaço temporal.

O *Público* e o *Jornal de Notícias* são os jornais diários observados para efeito desta análise. O *Público* por ser considerado um jornal de referência pelos entendidos na matéria e o *Jornal de Notícias* por ser considerado cada vez mais no meio jornalístico como um jornal de referência que chega onde os outros não vão, fazendo uma cobertura mais próxima de todas as regiões.

Para efeitos desta análise, foram apenas consideradas as notícias sobre o assunto, aqui consideradas como em directas, isto é, directamente relacionadas com o acontecimento. Nesta categoria encontram-se todas as reportagens e notícias desenvolvidas e breves sobre o tema às quais os jornais dão grande destaque, e que vão desde o próprio acontecimento, às causas do mesmo, passando pelas de foro sentimental ou interesse humano, mais relacionadas com as vítimas e seus familiares. Não foram consideradas as caixas nem as entrevistas. Por sua vez, são identificadas notícias políticas que, não directamente ligadas ao tema, aparecem como consequência do mesmo. Também estão englobadas, por pertencerem à secção de destaque sobre o assunto, as notícias explicativas, aparecendo como uma abordagem pormenorizada das causas do acontecimento onde aparecem, frequentemente, fontes especializadas. Para além disso, são contabilizados outros artigos sobre o tema que incluem crónicas, editoriais, opinião e cartas ao editor, de forma a aferir da importância do assunto e repercussões no público.

Foram delimitados os seguintes objectivos de análise:

- 1) Identificação das fontes utilizadas nas notícias directamente relacionadas com o tema;

- 2) Análise comparativa das primeiras páginas dos jornais e sua evolução ao longo das três semanas;
- 3) Identificação das fontes anónimas presentes nas notícias “directas” e respectiva localização no jornal.
- 4) Levantamento das notícias do foro político suscitadas pelo acontecimento;

A pesquisa parte das seguintes hipóteses:

- a) As fontes com maior acesso são as fontes denominadas oficiais;
- b) Em caso de acontecimentos espectaculares emergem outras fontes de informação nas notícias, como as não oficiais;
- c) Nos casos de acontecimentos inesperados ou de não rotina as fontes oficiais são mais frequentemente solicitadas pelos jornalistas, não se constituindo como “promotores” dos acontecimentos, isto é, não tomam a iniciativa de divulgar informação, excepto para sua defesa pessoal ou do grupo a que pertencem.
- d) Nem todas as fontes oficiais são detentoras de acesso fácil aos meios de comunicação e jornalistas, não tendo o mesmo poder que estas.
- e) A actividade jornalística deve pautar-se pela identificação das fontes, pelo que os jornalistas se esforçam para que tal aconteça de modo a credibilizar as informações que divulgam.

Nesta pesquisa, para além de uma análise qualitativa, é feito um estudo quantitativo de forma a dar resposta a algumas questões iniciais:

- Pretende-se definir aproximadamente qual o impacto que acontecimentos como este têm no meio mediático, pelo que se contabiliza as notícias sobre o tema;
- Pretende-se averiguar o peso de fontes não oficiais em acontecimentos inesperados, contabilizando-as nas notícias aqui propostas como “directas”.

- É ainda objectivo do trabalho ponderar o peso das fontes oficiais, pelo que é descrito o número dessas fontes que aparecem nas notícias sobre o assunto;
- Pretende-se averiguar o peso das fontes oficiais políticas, pelo que são contabilizadas as fontes oficiais políticas nas notícias sobre o assunto bem como as notícias políticas suscitadas pelo acontecimento, analisando-se, assim, o peso destas enquanto “promotores”.
- Por outro lado pretende-se averiguar o peso das fontes anónimas neste tipo de acontecimentos e neste caso em particular, sendo que para isso são contabilizadas as fontes identificadas e anónimas nas notícias directas sobre o assunto.
- Para falar do impacto do acontecimento, ao longo das três semanas são analisadas as primeiras páginas dos jornais quando estas têm algum tipo de referência ao acontecimento, atentando na forma como evoluem, em número e forma como fazem referência ao tema.
- Neste âmbito, são contabilizadas as outras referências ao assunto – noutros géneros jornalísticos que não a notícia – englobando-as em “outros géneros” que são também contabilizados.

Para sistematizar os dados da análise quantitativa foram elaboradas tabelas que constam do apêndice. Com efeito, nas tabelas estão expostos o número de notícias, de fontes identificadas, de fontes oficiais, de fontes oficiais políticas, de fontes oficiais especialistas, de fontes não oficiais, de fontes anónimas, de notícias políticas e de outros géneros sobre o assunto, de primeiras páginas sobre o assunto, as manchetes e outras menções, que aparecem nos jornais, nas três semanas que se seguem à data do acontecimento, sobre o tema alvo de análise, nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*. Nas tabelas estão também descritas as percentagens relativas à distribuição semanal de cada tópico analisado, sendo o total uma comparação com o total do tópico a que é comparado. De modo a obter resultados mais precisos, as percentagens são arredondadas a uma casa decimal.

Conforme as tabelas um e dois, são apresentadas quantitativamente, ao longo de três semanas, as notícias directamente relacionadas com o acontecimento nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*. As percentagens referem-se à distribuição dessas notícias pelas semanas em análise

em relação às outras publicações, sendo o seu total o espaço que as notícias ocupam no em cada jornal em proporção às restantes publicações sobre o assunto.

Nas tabelas três e quatro encontram-se as fontes identificadas presentes nessas notícias, quantificadas semana a semana com o objectivo de analisar a sua evolução. Assim, a cada jornal, em cada semana, corresponde uma quantidade determinada de fontes identificadas citadas nas notícias tendo em conta o total das fontes em geral, representado na percentagem. As fontes identificadas englobam as fontes oficiais no geral bem como as fontes não oficiais.

As tabelas cinco e seis apresentam o número de fontes oficiais presentes nas notícias sobre o acontecimento nas três semanas do período temporal estabelecido, e em cada um dos jornais seleccionados, bem como a quantidade em que foram utilizadas em cada uma das semanas e patente nas percentagens, relativamente à totalidade das fontes por semana e pelo seu número total. Estas fontes incluem as fontes oficiais políticas e oficiais especialistas subdivididas na tabela sete no número de fontes oficiais políticas presentes nas notícias sobre o assunto publicadas no jornal *Público*, e na tabela oito no *Jornal de Notícias*. Por sua vez as fontes oficiais especialistas dos jornais *Público* e *Jornal de Notícias* estão contabilizadas nas tabelas nove e dez respectivamente, e cuja percentagem significa a sua utilização em cada semana em relação ao número total de fontes no geral por semana e na sua totalidade.

As tabelas onze e doze referem-se ao número de fontes não oficiais mencionadas nas notícias directas, ou seja, sobre o assunto em questão, em cada uma das semanas posteriores ao acontecimento e delimitadas para análise nos dois jornais em questão, sem esquecer de determinar, em percentagem, a quantidade em que foram usadas ao longo das semanas, tendo em conta o número total de fontes gerais e a sua divisão por semana.

O número de fontes anónimas presentes, nessas datas, nas notícias do *Público* e *Jornal de Notícias* sobre o assunto são quantificadas nas tabelas treze e catorze respectivamente, bem como a percentagem que ocupam, no total e ao longo das semanas, no conjunto das fontes.

Nas tabelas quinze e dezasseis são apresentados para ambos os jornais as quantidades de fontes usadas em cada semana, em número e percentagens. Estas englobam as fontes oficiais, incluindo as oficiais políticas e especialistas, e as fontes não oficiais, nas mesmas semanas e nos mesmos jornais já mencionados.

As tabelas dezassete e dezoito fazem referência aos “outros géneros” presentes nos jornais seleccionados no mesmo período temporal a que se referem as restantes tabelas e à sua distribuição por cada uma dessas semanas. Indicam o número de outros géneros em cada semana e no total bem como percentagem que ocupam no total das outras publicações nos jornais sobre o assunto

O número de manchetes sobre o assunto em questão e a sua proporção em relação ao total de primeiras páginas está sistematizado nas tabelas dezanove quanto ao jornal *Público* e vinte relativamente ao *Jornal de Notícias*, uma quantificação dividida em semanas para se analisar a sua evolução. O mesmo é válido para o número de referências em primeira página, e sua utilização em cada semana, contabilizando-se as menções em primeira página ao tema quando este não é manchete. Tal está presente nas tabelas vinte e um e vinte e dois e que correspondem, respectivamente, aos jornais alvo de observação.

Já as tabelas vinte e três e vinte e quatro incluem todas as referências em primeira página ao assunto, sendo elas manchetes ou apenas *referências*, como indicado na tabela. Apresentam a quantidade de primeiras páginas sobre o assunto em cada semana, em número e percentagem, e consoante o jornal a que se referem.

O número de notícias políticas que surgem devido ao acontecimento, nomeadamente porque este teve repercussões políticas, está contabilizado nas tabelas 25 e 26, cuja percentagem sistematiza a quantidade de notícias políticas no total de outras publicações sobre o assunto, distribuídas semanalmente e em relação ao seu número total geral.

As tabelas 27 e 28 pretendem sistematizar a relação entre as fontes identificadas e as notícias sobre o assunto, apresentando o *ratio*, isto é, o número de fontes identificadas por notícia, bem como a percentagem dessas fontes nas notícias, semanalmente e na sua totalidade em relação ao número também total de notícias, tudo isto referente ao jornal *Público*, relacionando-se a tabela um com a três, e ao *Jornal de Notícias* relacionando-se a tabela dois com a quatro.

É feita uma análise das fontes oficiais relativamente às notícias sobre o assunto no jornal *Público* na tabela 29, estabelecendo-se uma relação entre as tabelas um e cinco. Estes parâmetros são avaliados também no *JN* na tabela 30, onde se relacionam as tabelas dois e seis. Em ambos os casos é apresentado o *ratio* relativamente ao número de fontes por notícia e a percentagem do número de fontes oficiais no total das notícias.

Estabelece-se uma comparação relativamente às fontes oficiais políticas na generalidade das fontes oficiais, o que está representado nas tabelas 31 e 32 para o jornal *Público* e *Jornal de Notícias* respectivamente, sem esquecer o *ratio* do número de fontes oficiais políticas em cada fonte oficial e a percentagem de fontes políticas entre as fontes oficiais, para os dois jornais e ao longo das três semanas. Analisam-se as tabelas cinco e sete para o *Público* e seis e oito para o *JN*.

A tabela 33, referente ao *Público*, relaciona as tabelas cinco e nove pois estabelece uma relação das fontes oficiais especialistas com as fontes oficiais no geral, apresentando também o *ratio* do número de fontes oficiais especialistas por cada fonte oficial e a percentagem do número de fontes oficiais especialistas em relação ao número total de fontes oficiais no geral. Na tabela 34 é feita a mesma análise mas para o *JN*, relacionando-se, para isso, as tabelas seis e dez.

É analisada a quantidade de fontes não oficiais em relação à quantidade de notícias sobre o assunto no *Público*, o que está representado na tabela 35 que, por sua vez, relaciona para tal as tabelas um e onze. O mesmo é realizado para o *Jornal de Notícias* na tabela 36, sendo que esta relaciona as tabelas dois e doze. Para ambos os casos é descrito o *ratio*, que se refere ao número de fontes não oficiais por notícia, e a percentagem de fontes não oficiais na totalidade das notícias, semanalmente e em relação aos números totais de ambos os tópicos em análise.

Quanto às tabelas 37 e 38, estas apresentam uma relação entre a quantidade de fontes anónimas e as notícias sobre o assunto, no *Público* e *JN* respectivamente. Para o primeiro jornal é estabelecida uma relação entre as tabelas um e treze, enquanto que para o último relacionam-se as tabelas dois e catorze. À semelhança das tabelas anteriores, também aqui é definido o *ratio* e que se refere ao número de fontes anónimas por cada notícia, não esquecendo a percentagem de fontes anónimas incluídas no conjunto das notícias.

As tabelas 39 e 40 analisam a quantidade do número de fontes total em relação às notícias sobre o assunto, respectivamente nos dois jornais alvo de estudo. É apresentado o *ratio*, que remete para o número de fontes por notícia, e a percentagem de fontes na totalidade das notícias. Na primeira tabela relacionam-se as tabelas um e quinze, enquanto na segunda referem-se as tabelas dois e dezasseis.

Relacionam-se as tabelas cinco e quinze para obter, na tabela 41, uma análise das fontes oficiais em relação ao total de fontes utilizadas no *Público*. No caso do *JN*, a tabela 42 mostra que são relacionadas as tabelas seis e dezasseis para o mesmo efeito. Em ambas as tabelas é

indicado o *ratio*, neste caso referindo-se ao número de fontes oficiais por fonte, incluindo-se também a percentagem do número de fontes oficiais no total das fontes em geral.

O mesmo é feito para as fontes não oficiais nas tabelas 43 (*Público*) e 44 (*JN*), onde se relacionam respectivamente as tabelas onze e quinze, e doze e dezasseis. Neste caso o *ratio* diz respeito ao número de fontes não oficiais por fonte e a percentagem ao número de fontes não oficiais no total das fontes.

Nas tabelas 45 e 46 analisa-se, semanalmente, a quantidade de fontes anónimas em relação ao total de fontes utilizadas nas notícias, no jornal *Público* e *JN*, respectivamente. Para o primeiro jornal é estabelecida uma relação entre as tabelas treze e quinze, já quanto ao segundo relacionam-se as tabelas catorze e dezasseis. Como nos casos anteriores, é identificado o *ratio*, relativo à quantidade de fontes anónimas por fonte e a percentagem da quantidade de fontes anónimas no total das fontes.

2. Apresentação e discussão de resultados

Pela observação e análise dos dados recolhidos da amostra é possível estabelecer diferenças quanto à abordagem ao tema, nos parâmetros definidos, nos dois jornais.

<i>Público</i>		
Nº. Notícias Directas		% no total de publicações
Semana 1	20	35,7%
Semana 2	13	38,2%
Semana 3	10	52,6%
Total	43	39,4%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Notícias Directas		% no total de publicações
Semana 1	42	61,8%
Semana 2	14	66,7%
Semana 3	11	73,3%
Total	67	64,4%

Tabelas 1 e 2 – Quantidade de notícias sobre o assunto em relação ao total de publicações

Primeiramente, é visível que é maior o destaque dado ao acontecimento pelo *Jornal de Notícias* do que pelo *Público*, isto a avaliar pelo número de notícias que cada um publica sobre a matéria. Assim, as tabelas um e dois são representativas disso mesmo. O *Público* fez sair quarenta e três (43) notícias no total sobre o assunto enquanto que a tabela dois mostra que o *JN* publicou 67 notícias. Neste jornal 64,4% das publicações sobre o assunto são notícias, enquanto que este número desce para 39,4% no *Público*. Semanalmente os números

também variam. O número de notícias que o *JN* traz a público é sempre superior às do *Público*. No entanto, a quantidade de notícias sobre o assunto aumenta com o avanço das semanas pelo facto do número de outras publicações decair, o que denota uma perda de importância do tema. Na primeira semana, o *JN* apresenta, sobre o assunto, 61,8% de notícias, para 35,7% do *Público*, uma diferença significativa. Na terceira semana os números aumentam como explicado anteriormente, indo no primeiro jornal para 73,3% enquanto que o *Público*, embora também aumentando, fica aquém com 52,6% de notícias no conjunto das publicações sobre o assunto.

<i>Público</i>		
Nº. Fontes Identificadas		% no total de fontes
Semana 1	78	94,0%
Semana 2	36	83,7%
Semana 3	13	86,7%
Total	127	90,1%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Identificadas		% no total de fontes
Semana 1	87	93,5%
Semana 2	34	89,5%
Semana 3	22	95,7%
Total	143	92,9%

Tabelas 3 e 4 – Quantidade de fontes identificadas nas notícias sobre o assunto e em relação ao total de fontes

As fontes identificadas presentes nas notícias são também factor de diferença no tratamento do assunto. Como explícito nas tabelas três e quatro, em apêndice, o jornal “*Público*” utiliza 127 fontes identificadas, enquanto no *JN* esse número sobe para as 143 fontes identificadas. Ao longo da primeira e terceira semanas verifica-se, no *JN* um número superior de fontes identificadas 87 e 22 respectivamente, enquanto que no “*Público*”, nessas semanas, os números de fontes identificadas são de 78 na primeira semana e 13 na terceira, portanto em menor quantidade. Já na segunda semana o *Público* ganha no número destas fontes utilizadas – 36 contra 34 do *JN*, embora não seja uma diferença muito significativa. É de notar o facto do número de fontes identificadas diminuir, em ambos os casos, consoante o tempo em relação ao acontecimento é maior. Em ambos os jornais verifica-se que se privilegia um uso das fontes identificadas já que, em relação à totalidade das fontes, estas são sempre utilizadas em maioria, ao longo das três semanas. No *JN* são utilizadas 92,9% de fontes identificadas em relação ao total de fontes gerais, um número que decai para os 90,1% no *Público*, mas continuando em maioria. Em cada semana, nos dois jornais, a percentagem de fontes identificadas usadas é significativa, estando sempre presentes em maioria.

<i>Público</i>		
Nº. de Fontes Oficiais		% no total de fontes
Semana 1	60	72,3%
Semana 2	36	83,7%
Semana 3	12	80,0%
Total	108	76,6%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Oficiais		% no total de fontes
Semana 1	59	63,4%
Semana 2	26	68,4%
Semana 3	17	73,9%
Total	102	66,2%

Tabelas 5 e 6 – Quantidade de fontes oficiais nas notícias e em relação ao total das fontes.

Em relação às fontes oficiais utilizadas, as tabelas cinco e seis mostram diferenças nos dois jornais. O jornal *Público* recorre a este tipo de fontes com mais frequência, sendo que no total são 108 as fontes oficiais que utiliza, enquanto que o *JN*, conforme a tabela seis, utiliza 102 fontes desta tipologia. No total das fontes, o *JN* utiliza 66,2% de fontes oficiais para 76,6% no *Público*, embora os números sejam divergentes a este nível é de notar que ambos os jornais utilizam com maior frequência este tipo de fontes. Semanalmente o número diminui em ambos os jornais mas continua a ser maior no *Público* na primeira e segunda semanas, com 60 e 36 fontes oficiais respectivamente. O *Jornal de Notícias* apenas utiliza estas fontes em maior número na terceira semana com 17 fontes, enquanto o *Público* se fica pelas 12 fontes oficiais. É possível afirmar, pelos resultados, que também em cada semana é o *Público* quem insere maior número de fontes oficiais nas notícias, sem esquecer que estas últimas são em menor número precisamente neste jornal. Assim, na primeira semana 72,3% das fontes do *Público* são fontes oficiais enquanto que no *JN* apenas o são 63,4% das fontes. Mas neste jornal o número vem aumentando até chegar aos 73,9% na terceira semana.

<i>Público</i>		
Nº. Fontes Oficiais Políticas		% no total de fontes
Semana 1	25	30,1%
Semana 2	14	32,6%
Semana 3	2	13,3%
Total	41	29,1%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Oficiais Políticas		% no total de fontes
Semana 1	15	16,1%
Semana 2	9	23,7%
Semana 3	4	17,4%
Total	28	18,2%

Tabelas 7 e 8 – Quantidade de fontes oficiais políticas nas notícias e relativamente ao total de fontes

Das fontes oficiais utilizadas nas notícias sobre a tragédia de Entre-os-Rios destacam-se as fontes oficiais políticas. Diminuindo à medida que o tempo avança, estas fontes são utilizadas em maior número pelo *Público* do que pelo *JN*, conforme as tabelas sete e oito. Assim, na primeira semana é de 25 o número deste tipo de fontes utilizadas no jornal *Público* e de 15 no *JN*. Na segunda semana o número continua a ser maior no *Público* com 14 destas fontes nas notícias e de 9 no *JN*. Apenas na terceira semana, e com uma diferença não muito

significativa, o número de fontes oficiais do *Público* é ultrapassado pelo *JN* com duas e quatro fontes oficiais políticas respectivamente. Na totalidade, o jornal *Público* inclui 41 fontes oficiais políticas para 28 do *Jornal de Notícias*, 29,1% das fontes totais são fontes oficiais, enquanto que no *JN* o são apenas 18,2%.

<i>Público</i>		
Nº. Fontes Oficiais Especialistas		% no total de fontes
Semana 1	20	24,1%
Semana 2	5	11,6%
Semana 3	3	20,0%
Total	28	19,9%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Oficiais Especialistas		% do total de fontes
Semana 1	15	16,1%
Semana 2	2	5,3%
Semana 3	0	0,0%
Total	17	11,0%

Tabelas 9 e 10 – Quantidade de fontes oficiais especialistas nas notícias e em relação ao número total de fontes.

Contabilizadas são também as fontes oficiais especialistas nas notícias sobre este assunto. Com efeito, as tabelas nove e dez mostram que as fontes deste tipo são mais utilizadas no jornal *Público* do que no *Jornal de Notícias*. No total, estas quantificam-se em 28 e 17 para ambos os jornais respectivamente. Ao longo das três semanas o número destas fontes utilizadas vai diminuindo. Na primeira semana o *Público* utiliza 20 enquanto o *JN* 15, na segunda semana os números são de 5 e 2 na mesma ordem, e na terceira semana o *Público* menciona 3 destas fontes enquanto que o *JN* não faz referência a nenhuma. Do total de fontes o *Público* utiliza 19,9% de fontes oficiais especialistas e o *JN* 11,0%. Semanalmente esta tendência também se verifica, com este último jornal a apresentar, na primeira semana, 16,1% destas fontes, na semana seguinte 5,3% e na terceira semana são nulas as referências a este tipo de fontes. Por sua vez, o *Público* utiliza 24,1% de fontes oficiais especialistas em relação ao total de fontes na primeira semana, 11,6% na segunda e 20% na terceira semana, números sempre superiores neste jornal.

<i>Público</i>		
Nº. Fontes Não Oficiais		% no total de fontes
Semana 1	23	27,7%
Semana 2	7	16,3%
Semana 3	3	20,0%
Total	33	23,4%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Não Oficiais		% no total de fontes
Semana 1	34	36,6%
Semana 2	12	31,6%
Semana 3	6	26,1%
Total	52	33,8%

Tabelas 11 e 12 – Quantidade de fontes não oficiais nas notícias e em relação à totalidade de fontes.

Quanto às fontes não oficiais utilizadas o número é maior no *JN*. Como patente nas tabelas 11 e 12, no total este jornal menciona 52 destas fontes enquanto que o *Público* menciona 33 fontes não oficiais. Em percentagem tal significa que o *JN* utiliza 33,3% de fontes oficiais em relação ao total de fontes, enquanto que no *Público* 23,4% das fontes utilizadas são fontes não oficiais. Ao longo das semanas o número destas fontes é sempre superior no *JN*. Na primeira semana este jornal utiliza 34 fontes não oficiais (36,6%), 12 destas fontes na segunda semana (31,6%) e 6 na terceira (26,1%). Já no jornal *Público*, como mostra a tabela 11, é de 23 o número de fontes não oficiais na primeira semana (27,7%), de 7 na segunda (16,3%) e de 3 na terceira (20%). Em ambos os jornais o número deste tipo de fontes vem sempre diminuindo conforme aumenta o tempo em relação ao acontecimento.

<i>Público</i>		
Nº. Fontes Anónimas		% no total de fontes
Semana 1	5	6,0%
Semana 2	7	16,3%
Semana 3	2	13,3%
Total	14	9,9%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Fontes Anónimas		% no total de fontes
Semana 1	6	6,5%
Semana 2	4	10,5%
Semana 3	1	4,3%
Total	11	7,1%

Tabelas 13 e 14 – Quantidade de fontes anónimas nas notícias na totalidade das fontes.

As fontes anónimas, contabilizadas nas tabelas 13 e 14, são utilizadas em maior número pelo jornal *Público* sendo 14 o seu número total, enquanto que o *JN* recorre a 11 fontes anónimas. O mesmo é dizer que neste jornal 7,1% das fontes utilizadas são anónimas enquanto que no *Público* o número aumenta para 9,9%. No entanto, só na primeira semana este último jornal menciona estas fontes em maior quantidade (6,5) embora não seja uma diferença substancial. O *Público* utiliza na primeira semana 5 fontes desta tipologia (6%), 7 na segunda semana (16,3%) e 2 na terceira (13,3%). Já o *JN* utiliza na segunda semana 4 fontes anónimas (10,5%) e uma na terceira semana (4,3%). A referência a este tipo de fontes também diminui, em ambos os jornais, conforme as semanas avançam.

<i>Público</i>		
Nº. Total de Fontes		%
Semana 1	83	58,9%
Semana 2	43	30,5%
Semana 3	15	10,6%
Total	141	100%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Total de Fontes		%
Semana 1	93	60,4%
Semana 2	38	24,7%
Semana 3	23	14,9%
Total	154	100%

Tabelas 15 e 16 – Número de fontes em geral nas notícias e respectiva distribuição semanal

Segundo as tabelas 15 e 16 é possível afirmar que o jornal *Público* utiliza uma menor quantidade de fontes e que também diminuem com o passar do tempo. Assim, este jornal menciona no total 141 fontes nas notícias referentes ao tema em questão, enquanto que no *JN* este número de fontes chega às 154. Este número também vai decrescendo gradualmente à medida que o tempo após o acontecimento é maior. Na primeira semana o *Público* apresenta 83 fontes no total, ou seja, utiliza 58,9% das fontes na primeira semana, contra 93 do *Jornal de Notícias*, ou seja, 60,4% dessas fontes na primeira semana. Na terceira semana o *JN* também apresenta uma quantidade maior de fontes – 23 ou 14,9% das fontes nessa semana, enquanto o *Público* recorre a 15 fontes ou apenas 10,6% das fontes desse jornal foram utilizadas na terceira semana. Na segunda semana as posições invertem-se, sendo que este jornal possui 43 fontes (30,5%) para 38 do *JN* (24,7%).

<i>Público</i>		
Nº. Outros géneros		% no total de publicações
Semana 1	21	37,5%
Semana 2	17	50,0%
Semana 3	8	42,1%
Total	46	42,2%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Outros géneros		% no total de publicações
Semana 1	12	17,6%
Semana 2	6	28,6%
Semana 3	4	26,7%
Total	22	21,2%

Tabelas 17 e 18 – Quantidade de “outros géneros” no total de publicações sobre o assunto.

O número de outros géneros sobre o assunto é menor no *JN* que se fica pelos 22 géneros, enquanto que o *Público* tem nas suas páginas 46 destes artigos. Na totalidade de publicações sobre o assunto, no *JN* 21,2% são classificadas como pertencentes a “outros géneros” e no *Público* esse número é de 42,2%. Ao longo das semanas o número é decrescente em ambos os jornais mas sempre superior no jornal *Público*, conforme as tabelas 17 e 18. Cada jornal utiliza estes géneros em maior quantidade na primeira semana, sendo que o *JN* publica 17,6% deles nessa semana e o *Público* 37,5%, um número que excede, nesse jornal, a relação das próprias notícias com as outras publicações.

<i>Público</i>		
Nº. Manchetes sobre assunto		% do total de primeiras páginas
Semana 1	3	42,8%
Semana 2	1	20,0%
Semana 3	2	100,0%
Total	6	42,9%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Manchetes sobre assunto		% do total de primeiras páginas
Semana 1	6	85,7%
Semana 2	2	40,0%
Semana 3	3	100,0%
Total	11	73,3%

Tabelas 19 e 20 – Quantidade de manchetes sobre o assunto em relação à totalidade de primeiras páginas sobre o mesmo assunto.

Nas tabelas 19 e 20 são consideradas as manchetes sobre o assunto em relação ao total de primeiras páginas publicadas sobre esse mesmo assunto. Conclui-se que estas são em maior número no *JN* e que decrescem à medida que o tempo em relação à data do acontecimento aumenta. No total são 11 as manchetes neste jornal sobre o assunto, isto é, 73,3% das primeiras páginas sobre o tema são manchete. Já no *Público* a quantidade de manchetes é menor, sendo 6 no total, ou seja, no total de primeiras páginas sobre o tema no *Público* 42,9% são manchete. Estas não decrescem gradualmente ao longo do tempo. Na primeira semana 42,8% das primeiras páginas são manchete, na segunda semana apenas o são 20%, e na terceira há 100% de manchetes, o que indica que todas as primeiras páginas (2) que saíram sobre o tema foram manchete. O *JN* apresenta na primeira semana 6 manchetes sobre o assunto, ou seja, 85,7% das primeiras páginas foram manchete, na segunda semana o número decai para 40% (duas manchetes), e na terceira semana há 100% de manchetes, sendo o número de manchetes igual ao de primeiras páginas publicadas sobre o assunto (3). Após uma primeira semana com um número maior de manchetes, o assunto volta a ganhar interesse, por novas informações e novos ângulos de abordagem do tema, na terceira semana, onde o número de manchetes supera os da segunda semana, nos dois jornais.

<i>Público</i>		
Nº. Referências em 1ª página		% no total de primeiras páginas
Semana 1	4	57,2%
Semana 2	4	80,0%
Semana 3	0	0,0%
Total	8	57,1%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Referências em 1ª página		% no total de primeiras páginas
Semana 1	1	14,3%
Semana 2	3	60,0%
Semana 3	0	0,0%
Total	4	26,7%

Tabelas 21 e 22 – Quantidade de referências sobre o assunto em relação à totalidade de primeiras páginas sobre o mesmo assunto.

São analisadas todas as referências ao assunto em primeira página que não constituam manchete. As tabelas 21 e 22 mostram o total de referências em primeira página, em número e em relação às primeiras páginas publicadas sobre o tema. Assim, no *Público*, as referências com 57,2% são superiores às manchetes no total de primeiras páginas. No *JN* apenas 26,7% das primeiras páginas incluem referências ao assunto, um número inferior ao do mesmo jornal em relação à quantidade de manchetes.

<i>Público</i>		
Nº. 1 ^{as} páginas sobre o tema		%
Semana 1	7	50,0%
Semana 2	5	35,7%
Semana 3	2	14,3%
Total	14	100%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. 1 ^{as} páginas sobre o tema		%
Semana 1	7	46,7%
Semana 2	5	33,3%
Semana 3	3	20,0%
Total	15	100%

Tabelas 23 e 24 – Número de primeiras páginas sobre o assunto e respectiva distribuição semanal.

Por sua vez, as tabelas 23 e 24 sintetizam o número total de primeiras páginas com referências ao assunto incluindo as manchetes. Assim, verifica-se que estas são em número superior no *JN* (15), enquanto que o *Público* conta com um número inferior (14). Neste jornal, 50% de todas as referências são feitas na primeira semana, 35,7% na segunda semana e 14,3% na terceira semana. Quanto ao *JN*, inclui, na primeira semana, 46,7% das referências em primeira página, 33,3% na semana que se segue, e, na terceira semana, encontram-se nas primeiras páginas 20% do conjunto das referências ao tema.

<i>Público</i>		
Nº. Notícias Políticas		% no total de publicações
Semana 1	15	26,8%
Semana 2	4	11,8%
Semana 3	1	5,3%
Total	20	18,3%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Nº. Notícias Políticas		% do total De publicações
Semana 1	14	20,6%
Semana 2	1	4,8%
Semana 3	0	0,0%
Total	15	14,4%

Tabelas 25 e 26 – Quantidade de notícias políticas e em relação à totalidade de publicações sobre o assunto.

Contabilizadas as notícias políticas, a tabela 25 demonstra que estas surgem em maior número no *Público* (20). Isto é, no total de publicações sobre o assunto 18,3% são notícias políticas nesse jornal. Verifica-se um decréscimo deste tipo de publicações ao longo do tempo neste jornal e também no *JN*, onde se assiste a uma distribuição bastante desigual destas notícias nas três semanas em análise. Este último conta com 15 notícias políticas, ou seja, com 14,4% de notícias políticas no total das publicações sobre a matéria. Em contagem semanal, 20,6% do total do conjunto de publicações no jornal sobre o tema na primeira semana, 20,6% referem-se a notícias políticas, na segunda semana o jornal conta com 4,8% dessas publicações, e na última semana este tipo de publicações é nulo, consoante a tabela 26.

<i>Público</i>		
Fontes Identificadas / Notícias		%
Semana 1	3,9	94,0%
Semana 2	2,8	84,8%
Semana 3	1,3	86,7%
Total	3,0	91,0%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Identificadas / Notícias		%
Semana 1	2,1	95,5%
Semana 2	2,4	88,9%
Semana 3	2	95,2%
Total	2,1	91,3%

Tabelas 27 e 28 – Fontes identificadas no total das notícias sobre o assunto

Quanto ao uso de fontes identificadas pelos dois jornais alvo de análise, verifica-se que é o *JN* aquele que as usa em maior quantidade, em relação ao número de notícias sobre o assunto. Assim, este jornal utiliza 91,3% de fontes identificadas no total das notícias que publica sobre o assunto ao longo do tempo estipulado para análise. No caso do *Público* os números são diferentes, embora também faça um uso maioritário deste tipo de fontes, apresentando 91% de fontes identificadas na totalidade das notícias sobre a matéria. É indicado o *ratio*, isto é, o número de fontes identificadas por notícia, para uma abordagem mais precisa. Semanalmente existe uma quebra no uso destas fontes no jornal *Público* que, na primeira semana, no conjunto das notícias desse mesmo período tempo, 94% das fontes das suas notícias são identificadas. Na segunda semana o número decai para 84,8% tendo uma ligeira subida na terceira semana sendo identificadas 86,7% das fontes que usam nas notícias nesse espaço temporal. Embora este número aumente na última semana, é sempre mais baixo do que na semana do acontecimento. No *JN* é sempre mais elevada a presença de fontes identificadas. Na primeira semana 95,5% das suas fontes são identificadas, descendo para 88,9% na semana seguinte e subindo para 95,2% na terceira semana. Em cada semana o *JN* utiliza fontes identificadas, no total das suas notícias também semanais, em maior quantidade em relação ao jornal *Público*, um número que também é superior relativamente ao número total de fontes identificadas na totalidade das notícias sobre o tema. É de referir que as fontes identificadas englobam todas as outras fontes apresentadas neste estudo com excepção das fontes

anónimas. Para análise do *JN*, a este nível, relacionam-se as tabelas dois e quatro e um e três para o *Público*.

<i>Público</i>		
Fontes Oficiais / Notícias		%
Semana 1	3	72,3%
Semana 2	2,8	84,8%
Semana 3	1,2	80,0%
Total	2,5	75,8%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Oficiais / Notícias		%
Semana 1	1,4	63,6%
Semana 2	1,9	70,4%
Semana 3	1,5	71,4%
Total	1,5	65,2%

Tabelas 29 e 30 – Fontes oficiais na totalidade das notícias sobre o acontecimento.

Neste estudo estão também relacionadas as fontes oficiais que ambos os jornais utilizam nas notícias referentes ao acontecimento. Para o efeito estabelece-se uma relação entre as tabelas um e cinco para o jornal *Público* e dois e seis para o *Jornal de Notícias*. Verifica-se que, no *Público* 75,8% das fontes nas notícias que publica são fontes oficiais, enquanto que o *JN* apenas apresenta, embora também em número significativo, 65,2% deste tipo de fontes nas suas notícias relativas à matéria. Semanalmente, o *Público* continua a utilizar as fontes oficiais em maior quantidade. Assim, no total das notícias sobre o assunto da primeira semana, 72,3% das suas fontes constituem fontes oficiais. Por sua vez no *JN*, no total de notícias dessa semana, 63,6% são fontes oficiais, na segunda semana é de 70,4% a quantidade destas fontes e na terceira semana de 71,4%. Número inferior ao *Público* que na segunda semana 84,8% das fontes nas notícias são oficiais e na última semana este número desce para os 80%, decrescendo também o número de notícias no conjunto das publicações sobre o assunto.

<i>Público</i>		
Fontes Políticas / Fontes Oficiais		%
Semana 1	0,4	41,7%
Semana 2	0,4	38,9%
Semana 3	0,2	16,7%
Total	0,4	38,0%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Políticas / Fontes Oficiais		%
Semana 1	0,3	25,4%
Semana 2	0,3	34,6%
Semana 3	0,2	23,5%
Total	0,3	27,5%

Tabelas 31 e 32 – Fontes Políticas na totalidade de Fontes Oficiais

No estudo são analisadas as fontes oficiais políticas no total de todas as fontes oficiais, para avaliar o seu peso nas notícias sobre o acontecimento inesperado em questão. 27,5% das fontes oficiais do *JN* são de cariz político. Estas estão presentes em maior quantidade no jornal *Público*, no qual 38% das fontes são fontes políticas. Nas duas primeiras semanas este número, em relação ao total de fontes utilizadas a cada semana, é sempre superior no *Público*.

O *JN* apenas apresenta vantagem a este nível na terceira semana, com 23,5% de fontes políticas no conjunto de fontes para 16,7% deste tipo de fontes usadas no *Público* no mesmo período. Para analisar estes parâmetros são relacionadas as tabelas cinco e sete para o *Público* e as tabelas seis e oito para o *JN*.

<i>Público</i>		
Fontes Oficiais Especialistas / Fontes Oficiais		%
Semana 1	0,3	33,3%
Semana 2	0,1	13,9%
Semana 3	0,3	25,0%
Total	0,3	25,9%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Oficiais Especialistas / Fontes Oficiais		%
Semana 1	0,3	25,4%
Semana 2	0,1	7,7%
Semana 3	0,0	0,0%
Total	0,2	16,7%

Tabelas 33 e 34 – Fontes Especialistas no total de fontes oficiais.

Das fontes oficiais as especialistas também ocupam o seu lugar nas notícias sobre a queda da Ponte de Entre-os-Rios. Na totalidade de fontes oficiais que aparecem nas notícias do *JN* 16,7% são especialistas, enquanto que no *Público* são especialistas 25,9% das fontes oficiais que utiliza. Semanalmente verifica-se que a quantidade destas fontes é sempre inferior no *JN*, o que se pode explicar pelo facto do total de fontes oficiais ser inferior também neste jornal. Recorde-se que as fontes políticas são também em menor número no *JN*. Neste jornal as fontes especialistas são menos utilizadas à medida que o tempo aumenta em relação à data do acontecimento. De forma a atingir estas conclusões foram relacionados os dados das tabelas cinco e nove e seis e dez para o *Público* e *Jornal de Notícias* respectivamente.

<i>Público</i>		
Fontes Não Oficiais / Notícias		%
Semana 1	1,2	28,6%
Semana 2	0,5	15,2%
Semana 3	0,3	20,0%
Total	0,8	24,2%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Não Oficiais / Notícias		%
Semana 1	0,8	36,4%
Semana 2	0,9	33,3%
Semana 3	0,5	23,8%
Total	0,8	34,8%

Tabelas 35 e 36 – Fontes não oficiais em relação ao total de notícias sobre o acontecimento.

As tabelas acima indicam que a quantidade de fontes não oficiais nas notícias sobre a ocorrência são superiores no *Jornal de Notícias* quando comparado com o *Público* no mesmo espaço de tempo. Assim, comparando as tabelas um e onze, verifica-se que 24,2% das fontes usadas nas notícias publicadas no jornal *Público* são fontes não oficiais. Já no *JN*, analisando as tabelas dois e doze, no total de notícias publicadas relativamente ao tema, 34,8% das fontes

são fontes não oficiais. Estas são em maior quantidade neste último jornal embora o número total de fontes em geral que utiliza seja maior. Em cada semana verifica-se também esta tendência, pelo que, na primeira semana, no *JN* e no total de notícias da semana, 36,4% das fontes das suas notícias são fontes não oficiais, enquanto que no *Público* este número é de 28,6%. Embora seja sempre superior, o número de fontes não oficiais nas notícias vai diminuindo ao longo das semanas no *JN*, sendo que na última semana este apresenta 23,8% de fontes não oficiais nas notícias. Quanto ao *Público*, a quantidade destas fontes utilizadas nas notícias oscila, sendo na segunda semana de 15,2% e na terceira semana 20% das fontes das notícias são fontes não oficiais.

<i>Público</i>		
Fontes Anónimas / Notícias		%
Semana 1	0,3	7,1%
Semana 2	0,5	15,2%
Semana 3	0,2	13,3%
Total	0,3	9,1%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Anónimas / Notícias		%
Semana 1	0,1	4,5%
Semana 2	0,3	11,1%
Semana 3	0,1	4,8%
Total	0,2	8,7%

Tabelas 37 e 38 – Fontes anónimas em relação ao total de notícias publicadas relativas ao assunto.

Relacionando as tabelas um e treze e dois e catorze, respectivamente para o *Público* e *Jornal de Notícias*, conclui-se que, em relação ao conjunto das notícias publicadas sobre a ocorrência, é o jornal *Público* quem as utiliza em maior quantidade, 9,1%, enquanto no *JN* 8,7% das fontes referidas nas notícias são fontes anónimas. Em cada semana verifica-se essa mesma tendência com o *Público* a utilizar sempre este tipo de fontes em maior número. Por exemplo, na primeira semana este conta com 7,1% de fontes anónimas nas notícias para 4,5% do *JN*. Na semana seguinte os números evoluem respectivamente para 15,2% e 11,1%. Já na terceira semana 13,3% das fontes no *Público* são anónimas e no *JN* esse número é de 4,8%.

<i>Público</i>		
Fontes / Notícia		%
Semana 1	4,2	58,9%
Semana 2	3,3	30,5%
Semana 3	1,5	10,6%
Total	3,3	100%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes / Notícia)		%
Semana 1	2,2	60,4%
Semana 2	2,7	24,7%
Semana 3	2,1	14,9%
Total	2,3	100%

Tabelas 39 e 40 – Quantidade de todas as fontes utilizadas no total de notícias relativas ao acontecimento.

Revelou-se importante perceber a forma como as fontes de todos os tipos eram distribuídas ao longo do tempo, tendo em conta as notícias publicadas. Com efeito, conclui-se que é na primeira semana que ambos os jornais recorrem às fontes com mais frequência. No total de notícias, o *JN* apresenta 60,4% de fontes e no *Público* há 58,9% de fontes nesta semana. Em ambos os jornais as referências às fontes vão diminuindo conforme o tempo avança, à semelhança das notícias. Assim, na segunda semana, o *JN* conta com 24,7% de fontes e na última com 14,9%. No *Público* os números são outros: 30,5% das fontes são utilizadas na segunda semana e 10,6% na última semana.

<i>Público</i>		
Fontes Oficiais / Fontes)		%
Semana 1	0,7	72,3%
Semana 2	0,8	83,7%
Semana 3	0,8	80,0%
Total	0,8	76,6%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Oficiais / Fontes)		%
Semana 1	0,6	63,4%
Semana 2	0,7	68,4%
Semana 3	0,7	74,0%
Total	0,7	66,2%

Tabelas 41 e 42 – Fontes oficiais no total de todas as fontes

Os dados acima sistematizados indicam que o *Público* utiliza fontes oficiais em maior quantidade relativamente ao *Jornal de Notícias*. Assim sendo, 76,6% das fontes usadas pelo primeiro jornal são oficiais. Já o *JN* refere 66,2% de fontes oficiais no total de fontes que utiliza. No conjunto de fontes usadas na primeira semana 63,4% são fontes oficiais neste jornal, e a sua utilização diminui com a passagem do tempo, sendo na terceira semana utilizadas 74% de fontes oficiais na totalidade das fontes referidas nesse período. No *Público* utiliza 72,3% de fontes oficiais no conjunto de todas as fontes que refere na primeira semana nas notícias relativas à matéria, 63,7% na semana a seguir e 80% na terceira semana.

<i>Público</i>		
Fontes Não Oficiais / Fontes)		%
Semana 1	0,3	27,7%
Semana 2	0,2	16,3%
Semana 3	0,2	20,0%
Total	0,2	23,4%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Não Oficiais / Fontes)		%
Semana 1	0,4	36,6%
Semana 2	0,3	31,6%
Semana 3	0,3	26,1%
Total	0,3	33,8%

Tabelas 43 e 44 – Fontes não oficiais no total de todas as fontes

Quanto às fontes não oficiais verifica-se, pelas tabelas 43 e 44, que estas são mais utilizadas pelo *JN* – na totalidade das fontes deste jornal 33,8% são fontes não oficiais – do que pelo *Público* – aqui 23,4% das fontes são não oficiais. Semanalmente a quantidade destas fontes utilizadas é sempre superior no *JN*. Em relação à totalidade das fontes usadas na primeira semana, 27,7% são não oficiais no *Público* e 36,6% no *JN*. Na segunda semana este apresenta 31,6% de fontes não oficiais e 26,1% na terceira semana, sendo que existe uma diminuição na utilização deste tipo de fontes enquanto aumenta o tempo em relação à ocorrência. O mesmo não se pode concluir para o *Público* que na segunda semana apresenta 16,3% de fontes não oficiais no total das fontes usadas nessa semana, sendo de 20% na semana seguinte.

<i>Público</i>		
Fontes Anónimas / Fontes)		%
Semana 1	0,1	6,0%
Semana 2	0,2	16,3%
Semana 3	0,1	13,3%
Total	0,1	9,9%

<i>Jornal de Notícias</i>		
Fontes Anónimas / Fontes		%
Semana 1	0,1	6,5%
Semana 2	0,1	10,5%
Semana 3	0,0	4,3%
Total	0,1	7,1%

Tabelas 45 e 46 – Fontes anónimas no total de todas as fontes.

As fontes anónimas, em relação à quantidade de todas as fontes contabilizadas, são usadas em maior número pelo *Público*, jornal no qual, de todas as fontes, 9,9% são anónimas. No *JN* apenas 7,1% das suas fontes são anónimas. Em ambos os jornais não há uma tendência de quebra de referências a este tipo de fontes à medida que o tempo avança. Aparecem distribuídas desordenadamente ao longo das três semanas de análise. Assim, do total de fontes da primeira semana no *Público* 6% são anónimas, 16,3% na segunda semana e 13,3% das fontes da terceira semana são anónimas. Quanto ao *JN* 6,5% das fontes que usa na primeira semana são anónimas, decrescendo o número para 10,5% na semana seguinte, continuando a diminuir para 4,3% de fontes anónimas na terceira semana.

As fontes de informação revelam-se agentes importantes para a construção das notícias sobre a queda da Ponte de Entre-os-Rios como ficou conhecida. Em ambos os jornais é significativo o número de fontes em geral utilizadas.

Sendo um acontecimento não planeado, ou seja, classificado como inesperado, verifica-se que, mesmo assim, são as fontes oficiais que predominam nas narrativas sobre o assunto, mais no *Público* do que no *JN*, o que se afigura como expressão de um acesso estruturado, onde são os agentes sociais mais poderosos a ter um acesso mais fácil aos jornalistas e meios de

comunicação, mesmo não sendo, como neste caso, promotoras do acontecimento. Em ambos os jornais em análise são referidas fontes oficiais com frequência como o Primeiro Ministro de então – António Guterres, Luís Parreirão – Secretário-adjunto das Obras Públicas naquela altura, o Presidente da República da época – Jorge Sampaio, Nuno Severiano Teixeira – ministro da administração interna, Diogo Machado – Secretário de Estado da Justiça. As fontes oficiais especialistas também assumem destaque, principalmente quando se começa a tentar apurar as causas que levaram à queda da Ponte Hintze Ribeiro. Entre elas estão Bordalo e Sá – biólogo do instituto de ciências biomédicas Abel Salazar, Ricardo Santos Pereira – Engenheiro Civil, Álvares Ribeiro – Professor catedrático e “com currículo de 36 anos de trabalho no Douro” segundo o *JN*, Azevedo Coutinho – Professor do departamento de hidráulica do Instituto Superior Técnico em Lisboa, Veloso Gomes – catedrático hidráulico da FEUP. Entre as fontes oficiais especialistas estão também o psiquiatra e psicólogo Camilo Cardoso, o psicólogo Carlos Amorim, o psiquiatra Maurício Rocha, Carlos Abrantes – médico de família do centro de saúde de Oliveira do Arada. Estes aparecem frequentemente em notícias relacionadas com o apoio prestado aos familiares das vítimas.

É de referir que entre as fontes oficiais políticas é incluído nas notícias relativas ao tema o Presidente da Câmara de Castelo de Paiva – Paulo Teixeira, bem como outros elementos da autarquia local, embora em número muito reduzido. Apesar de ser o presidente do concelho onde teve lugar a ocorrência, este tem uma presença menos significativa nas notícias, o que demonstra que, mesmo entre os membros com poder, o acesso aos media é desigual. Este é um facto evidente também pelas queixas que Paulo Teixeira diz ter em relação ao poder central, referindo muitas vezes ter alertado para o mau estado da ponte, e dizendo que Castelo de Paiva era um concelho à margem.

Quanto às fontes não oficiais, sendo em menor quantidade em relação às fontes oficiais e tendo um acesso mais fraco, verifica-se que são incluídas com mais frequência nas notícias do *JN*. Relativamente a este tema, este jornal aborda de forma mais intensa o lado das famílias das vítimas que a queda da ponte causou. Há mesmo notícias cujos títulos são citações de fontes não oficiais ou desconhecidas: “Vi um corpo claro no mar” (Título de notícia do *JN* de dia 11 de Março). Estes desconhecidos foram incluídos nas notícias também por mostrarem o seu descontentamento perante o poder central. Nas visitas dos governantes ao Concelho, os populares mostravam a sua indignação, lançando comentários. A notícia do *JN* de dia 6 de Março que tem por título “Multidão apupou Guterres à chegada” é exemplo disso mesmo.

Ainda relativamente às fontes, é de notar o facto do número de fontes anónimas utilizadas ser reduzido, o que parece indicar um certo esforço dos jornalistas para o uso de fontes identificadas de forma a tornar mais credível as suas narrativas sobre a matéria.

As primeiras páginas sobre o tema, em maior quantidade no *JN*, mostram um impacto maior da matéria nesse mesmo jornal. Aqui são também em maior número as manchetes relativas ao assunto, indicando que é o *JN* o jornal que lhe dá mais destaque, talvez por se constituir como um jornal que, ao contrário do *Público*, está geograficamente mais próximo do acontecimento, sendo que dá também mais destaque à vertente interesse humano.

É importante referir ainda que em ambos os jornais o tema teve destaque em secções especiais. No *JN* o assunto esteve *Em Foco* sempre na primeira semana, deslocando-se para a *Sociedade* à medida que o tempo em relação à ocorrência era maior e, nessas circunstâncias, quando não havia novidades importantes relativas ao tema. O mesmo se passou no *Público* onde o acontecimento esteve em *Destaque*.

3. Conclusões

Os resultados obtidos na análise dos dados apresentados permitem validar as seguintes hipóteses:

- As fontes com maior acesso aos meios de comunicação são as fontes oficiais, mesmo em acontecimentos denominados como inesperados, sendo que os jornalistas buscam sempre validar o seu discurso recorrendo a fontes com poder e notoriedade.
- Outro tipo de fontes são incluídas no discurso noticioso aquando da ocorrência de acontecimentos não planeados. É o caso das fontes não oficiais, embora continuem a estar em minoria face às oficiais, neste caso concreto da tragédia em Entre-os-Rios. Embora o *JN* apresente este tipo de fontes em maior número, as diferenças entre os dois jornais não são muito significativas.
- As fontes oficiais referidas nas notícias sobre este acontecimento inesperado assumem uma posição não de promotores mas de fontes que são solicitadas pelos jornalistas a divulgar a sua opinião. Muitas vezes aceitam fazê-lo para sua defesa ou do grupo a que pertencem. É o que acontece neste caso em que os governantes são culpabilizados pelo mau estado da ponte.

- Embora predominem as fontes oficiais, nem todas elas possuem um acesso igual aos media e jornalistas. Este facto é bem visível a propósito deste acontecimento, já que, aparecendo menos vezes, o presidente da câmara tem razões de queixa dos governantes, e aparece nas notícias sempre que a eles se refere.
- É reduzida a quantidade de fontes anónimas utilizadas nestas notícias, o que denota preocupações dos jornalistas em pautar a sua actividade pela referência a fontes identificadas, tornando, assim, mais credíveis os factos que descrevem.

Conclusão

O estudo elaborado é útil para a compreensão da importância das fontes de informação na construção noticiosa. Estas assumem-se como elementos fundamentais para a elaboração das notícias, sendo muitas vezes quem promove os acontecimentos. No caso de acontecimentos inesperados e não observáveis pelos jornalistas, como é o caso da componente empírica do trabalho, as fontes têm um papel fundamental na descrição dos factos, não esquecendo porém que é ao jornalista que cabe a “última palavra” na apresentação das informações.

Agentes sociais com diferentes graus de importância e notoriedade, as fontes de informação estabelecem lutas entre si para aceder aos meios de comunicação. Tal ocorre no campo de notícia, onde se verifica um acesso segmentado, decorrente de uma sociedade também ela estratificada. Entre jornalistas e fontes também se estabelecem lutas mas quanto à atribuição de significados a dar aos acontecimentos.

A partir da análise dos resultados obtidos na componente empírica, é possível confirmar a ideia de que são as fontes oficiais as que têm mais acesso aos meios de comunicação, o que acontece mesmo em acontecimentos inesperados. Surgem, com expressão, fontes não oficiais neste tipo de acontecimentos, dando-lhes, muitas vezes, algum destaque, como por exemplo atribuir ao título de uma notícia citações suas.

Ainda é importante referir que neste caso houve um cuidado dos jornalistas quanto ao uso de fontes anónimas, sendo que estes preferiram pautar a sua actividade pela identificação das fontes, como aconselha o Código Deontológico dos Jornalistas.

Bibliografia

Castanheira, J.P. (2004). *No reino do anonimato: estudo sobre o jornalismo online*. Coimbra, Ed. Minerva.

Chaparro, M.C. (2001). *Linguagem dos conflitos*. Coimbra, Ed. Minerva

Cornu, D. (1994). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa, Ed. Instituto Piaget.

Correia, F. (1997). *Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão*. Lisboa, Ed. Caminho.

Ericson et. al (1989). *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto, Ed. University of Toronto Press.

Évora, S. L. (2005). *As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os “definidores primários” das discussões*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf>. [Consultado em 20/05/2008].

Fontecuberta, M. (1996). *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona, Ed. Paidois Ibérica.

Freitas, H. S. (2006). *Sigilo profissional em risco*. Coimbra, Ed. Minerva.

Fidalgo, J. (2000). *A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, volume 14, pp. 319-337.

Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>. [Consultado em 18/03/2008].

Leão, I.V.P. (2000). *Dicionário de ciências da comunicação*. Porto, Ed. Porto Editora.

Fontes de Informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias*

Lopes, F. (2000). *As fontes, os jornalistas e as leis, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, volume 14, pp. 339-349.

Manning, P. (2001). *News and news sources: a critical introduction*. London, Ed. Sage Publications. [Em linha]. Disponível em <http://books.google.com/>. [Consultado em 15/05/2008].

Mascarenhas, O. (2002). *A intervenção de Óscar Mascarenhas no colóquio "Os Média e a Justiça"*. [Em linha]. Disponível em <http://www.jornalistas.eu/> [Consultado em 05/06/2008].

Marinho, S. (2000). *O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, volume 14, pp.351-356.

Pena, F. (2005). *1000 perguntas sobre jornalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Editora Rio.

Pina, S. (1997). *A deontologia dos jornalistas portugueses*. Coimbra, Ed. Minerva.

Pinto, M. (2000). *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, volume 14, pp.277-294.

Ribeiro, M.M. (2007). *Quando as fontes jornalísticas falam por "nós": estudo de caso dos jornais Correio da Manhã e Público*. [Em linha]. Disponível em <http://books.google.com/>. [Consultado em 15/05/2008].

Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra, Ed. Minerva.

Santos, R. (2003). *Jornalistas e fontes de informação*. Coimbra, Ed. Minerva.

Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Porto, Ed. Campo das Letras.

Sousa, J.P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> [Consultado em 23/04/2008].

Sousa, J.P. (2002). *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: um estudo exploratório*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>. [Consultado em 23/04/2008].

Sousa, J.P. (2003). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto, Ed. Universidade Fernando Pessoa.

Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Ed. Vega.

Traquina et. al (2001). *Estudo do Jornalismo Português em Análises de Caso*. Ed. Editorial Caminho.